



Conflito de interesses ou desprezo pela ética ?

Jorge Maurício deixa Enapor e embarca na ETE

Págs. 2 e 3

Travessia Quebra Canela/Cidade Velha

Érica Soares continua a aguardar bolsa prometida pelo Governo

Págs. 16 e 17

Covid-19

Cabo Verde continua a registar muitos casos

Pág. 3 in ETC

Arranque do ano lectivo

Distanciamento social é um dos maiores desafios

Págs. 4 e 5 in ETC

Empreendedorismo

Plataforma Empregos.cv internacionalizada até final de 2020

Pág. 4

João Serra

Cabo Verde: Desafios ao Regime Cambial vigente e às Reservas Externas no contexto da pandemia da Covid-19

Págs. 18 e 19



Chuvas de Setembro Alegria no campo e desespero na cidade da Praia

Págs. 6 a 9

Dubai, Duben



Pág. 23

Conflito de interesses ou falta de ética?

Jorge Maurício deixa Enapor e embarca na ETE



A mudança súbita de Jorge Maurício, de presidente do Conselho de Administração (PCA) da Enapor, para vice-presidente do grupo ETE Cabo Verde, está a causar indignação em certos sectores da sociedade cabo-verdiana. Essa permuta de cargos e funções, que dá azo a um certo conflito de interesses, não é ilegal, mas fere os princípios da ética e da transparência. Ainda por cima para quem acaba de ser eleito para dirigir a Câmara de Comércio de Barlavento.

Daniel Almeida

Jorge Maurício renunciou ao segundo mandato como PCA da Enapor, para o qual tinha sido reeleito em Novembro de 2019. A mudança foi consumada oito meses depois, a 31 de Julho, e, no dia seguinte, esse mesmo gestor já estava ao serviço da ETE Cabo Verde, dona da empresa Interilhas e um das interessadas na subconcessão dos principais portos do país.

A NAÇÃO sabe que a decisão de renúncia de mandato foi comunicada ao Governo um mês antes da sua consumação, a 31 de Julho, como antes referido. Este facto, ao que

consta, surpreendeu o Executivo que tinha renovado o mandato do CA da Enapor sete meses antes dessa decisão unilateral de Maurício.

No dia 19 de Agosto foi reconstituído o CA da Enapor, onde os seus membros designaram Alcídio Lopes, para desempenhar as funções de PCA da empresa. Por deliberação do accionista Estado, de 06 de Agosto, Ireneu Camacho, que antes exercia as funções de director de Inovação e Tecnologia de Informação da empresa, foi promovido a administrador executivo. Eugénia Soares é outra administrado-

ra executiva. À Enapor cabe a gestão dos portos do país.

Troca de barco

O antigo PCA da Enapor resolveu passar para o lado da ETE, um dos principais *playres* do sector marítimo em Cabo Verde e, com ele, leva um conjunto de informações privilegiadas sobre a subconcessão dos portos, um sector de grande interesse para a sua nova entidade patronal.

Jorge Maurício, que esteve intimamente ligado ao processo de subconcessão dos portos, expressou de resto o seu engajamento nesse dossiê du-

rante um fórum, em 2018, sobre concessões portuárias. Ou seja, ao que tudo indica, em Cabo Verde, poucos possuem informações tão privilegiadas sobre o sector portuário-marítimo, informações essas que não deixará de facultar à ETE, que, segundo uma fonte bem posicionada, o contratou com um salário “substancialmente superior” aos 300 mil escudos que auferia na Enapor.

Mas, esta troca do público para o privado, apesar do melindre que o caso representa em termos de promiscuidade entre o público e o privado, “não é ilegal”, explica um jurista contac-

tado por A NAÇÃO, que esclarece que não existe nenhuma norma que obrigue o gestor público a ter um período de “nojo” ou “sabático” quando pretenda transitar para o sector privado.

“Uma coisa é certa”, sublinha o interlocutor do A NAÇÃO, “estamos perante uma situação eticamente reprovável. E é neste quadro que o assunto deve ser encarado, ainda por cima, em se tratando de alguém que acaba de ser eleito presidente da Câmara de Comércio de Barlavento, uma entidade que tem de lidar com vários operadores privados e o Estado.”

Cartas marcadas

A ETE/Transinsular venceu, em Outubro de 2018, o concurso público internacional para a gestão e exploração do serviço público de transporte marítimo de passageiros e mercadorias entre as ilhas do arquipélago de Cabo Verde. Um concurso muito contestado.

A Interilhas, companhia criada pela ETE para assegurar o serviço contratualizado com o Estado de Cabo Verde, ainda não conseguiu cumprir com os principais requisitos estabelecidos no caderno de encargos. Por exemplo, das cinco novas embarcações prometidas, apenas uma encontra-se no país, o navio Chiquinho BL.

Teme-se agora que a ETE venha a estabelecer, de facto, o monopólio no sector marítimo e por-

tuário com uma “previsível” vitória no concurso de subconcessão dos portos no país. Para todos os efeitos, conta com um importante “ponta-de-lança”, Jorge Maurício, possuidor de informações privilegiadas sobre o processo de subconcessão dos portos, porquanto foi ele um dos principais mentores desse dossiê, enquanto antigo PCA da Enapor.

Para ilustrar o inusitado da situação, até o dia 31 de Julho passado, Maurício estava na Enapor a defender a “necessidade” da subconcessão dos portos e, no mês seguinte, estava em Santo Antão a presidir um acto entre a Interilhas e os presidentes das Câmaras Municipais dessa ilha, na qualidade de vice-presidente da ETE Cabo Verde. DA

Jorge Maurício diz não ver falta de ética na sua mudança da Enapor para a ETE

Depois de muita insistência, Jorge Maurício acedeu, finalmente, responder ao A NAÇÃO sobre o motivo da sua mudança da Enapor para o grupo ETE.

Em tom irritado e ameaçador, dando a entender que não tem satisfações a dar a ninguém sobre a sua conduta profissional, lá afirmou: “Isto é um não assunto, é brincadeira de mau gosto”. E continuou: “Sou dono da minha carreira profissional e faço a gestão da minha carreira profissional da forma como eu bem entender”.

Questionado sobre a questão ética, tendo em conta o conflito de interesses decorrente da sua passagem da Enapor para a ETE, Maurício

decidiu ser ele a fazer as perguntas: “Qual ética? Quem é que disse que há uma questão ética?”

O antigo PCA da Enapor considera que é gestor de uma sociedade anónima que “se rege pelo código das empresas comerciais e, subsidiariamente, pela legislação do sector empresarial público”, reduzindo por isso a celeuma da sua transferência para a ETE Cabo Verde a uma “politiquice de forma pura”.

Como é habitual em situações do género, Jorge Maurício tentou condicionar o trabalho do jornalista, acusando o mesmo de estar “inclinado”. E avisou: “Não brinco em serviço e não tenho medo de jornalistas nenhuns”. DA

Subconcessão

Em Março passado, o Governo autorizou a Enapor a subconcessionar a gestão e serviços portuários objecto do contrato de concessão, assinado em 18 de Janeiro de 2016, e fixou as diligências a encetar até à assinatura do contrato de subconcessão. Isto num prazo máximo de 30 dias. Mas o processo foi suspenso por causa da Covid-19 que assolou o país. Isto quer dizer que Jorge Maurício, enquanto PCA da Enapor, na altura, continuava a ser o principal pivot desse processo.

Conforme a Resolução 56/2020, publicado no Boletim Oficial, de 27 Março, a autorização de subconcessão abrangia o Porto da Praia, na ilha de Santiago, o Porto Grande, na ilha de São Vicente, Porto da Palmeira, na ilha do Sal, Porto do Porto Novo, na ilha de Santo Antão, Porto de Sal Rei, na ilha da Boa Vista, Porto de Vale dos

Cavaleiros, na ilha do Fogo, Porto do Tarrafal, na ilha de São Nicolau, Porto da Furna, na ilha Brava, e o Porto Inglês, na Ilha do Maio.

Segundo o diploma, a subconcessão seria atribuída através de concurso limitado por prévia qualificação com publicidade internacional, nos termos do Código da Contratação Pública. O procedimento pré-contratual deveria desenvolver-se em duas fases, sendo a primeira fase de apresentação de candidatura e qualificação e a segunda fase de apresentação de propostas e respetiva análise e avaliação.

A mesma resolução diz ainda que só seria convidado a apresentar proposta o candidato que demonstrasse, na primeira fase, reunir os requisitos de natureza técnica e/ou financeira estabelecidos pela entidade adjudicante. DA

Eleições da CCB-AE expõem Maurício

A situação da mudança de Jorge Maurício, da Enapor para a ETE, poderia passar despercebida caso não houvesse um certo mal-estar no processo de eleição do novo presidente da Câmara de Comércio de Barlavento – Associação Empresarial (CCB-AE).

Maurício, que era vice-presidente na anterior direcção da CCB-AE, em representação da Enapor, concorreu para o cargo de presidente, desta feita, em representação da ETE. Foi eleito, na semana passada, presidente com 74% dos votos expressos.

A lista da candidatura

adversária, liderada por Rafael Vasconcelos, foi rejeitada pela mesa da assembleia-geral, por alegadas irregularidades. Vasconcelos decidiu impugnar as eleições por considerar que “não nos permitiram concorrer”, razão pela qual considera que “não houve eleição mas sim uma nomeação” de Jorge Maurício para presidir a CCB-AE.

Maurício, por seu lado, em declarações à RCV, disse não estar preocupado com coisas que, neste momento, “não são essenciais” e lembrou que sua lista foi sufragada com mais de 74% dos sócios votantes.

DA

Ficha Técnica

A Nação Semanário | Ano XIII | Nº 681 | 17 de Setembro de 2020 | **Registo DGCS:** Nº3/2007 | **Registo ARC:** Nº3/2016 | **Propriedade:** Sociedade A Nação Cabo Verde, Lda.

Director-Geral: Fernando Rui Tavares Ortet | **Endereço:** Caixa Postal: 690 – Cidadela – Praia – Cabo Verde | **Telefone:** (+238) 260.26.90 (PBX)

Director: Alexandre Semedo (Maio) | **Director de Produção:** José Augusto Sanches | **Editor-Executivo:** José Vicente Lopes | **Editores:** Daniel Almeida, Gisela Coelho e João Almeida | **Jornalistas:** Jason Fortes (São Vicente), Natalina Andrade (Fogo) e Silvino Monteiro (Interior Santiago) | **Jornalistas Estagiários:** Alaídes Borges (Santa Catarina), Anícia da Veiga (São Miguel), Carlos Alves (Boa Vista), Criselene Brito (São Nicolau), Miriam Brito (Santiago Sul), Ricénio Lima (Santo Antão), Romice Monteiro (Brava) e Suíla Rodrigues (Sal) | **Colaboradores e Colunistas:** Adriano Miranda Lima, Amadeu Oliveira, Ângela Coutinho, António Carlos Gomes, António Chantre Neves, António Correia e Silva, Arsénio Fermino de Pina, Carlos Carvalho, Carlos Santos, Carlos Araújo, Cipriano Fernandes, Filinto Elísio, Francisco Mendes, José Manuel Araújo, José Maria Neves, José Pedro Oliveira, José Valdemiro Lopes, Marciano Moreira, Paulo Mendes, Pedro Moreira, Pedro Pires Ribeiro, Natacha Magalhães, Nataniel Vicente Barbosa e Silva, Ricardino Neves e Wladimir Brito. | **Designers:** Edson Spencer e Carmem Freire | **Técnicos Multimédia:** Hélio Barros | **Comercial & Marketing:** Maggy Frago (Negócios Digitais), Edmira Correia (Facturação e Cobranças), Marlene Carvalho e Hélder Afonso | **Telefones:** (+238) 260.26.90 (PBX) – (+238) 260.26.93 (Redacção) | **E-mail:** jornalanaoacv@gmail.com (Redacção) – comercial.grupoalfacv@gmail.com (Comercial) | **Impressão:** EGF - Empresa Gráfica Funchalense | **Tiragem:** 3.500 Exemplares



www.anacao.cv

Empreendedorismo

Plataforma Empregos.cv internacionalizada até final de 2020

O Empregos.cv é uma plataforma web de mediação de empregos a operar em Cabo Verde desde 2015, criada por dois jovens que sentiram a necessidade de mudar o processo de candidatura em uso até então, que era a entrega física de currículos nas empresas.

O projecto foi desenvolvido pelos jovens Jailson Silva e Samuel Cunha, formados em Comunicação e Multimédia e Engenharia Eletrotécnica, respectivamente. Eles são, ainda, mentores de projectos semelhantes como a primeira plataforma B-Learning em Cabo Verde, a Formação.cv e o aplicativo de táxi NUBAI.

Em entrevista ao A NAÇÃO, Jailson Silva, explica que a República Dominicana terá um réplica da plataforma *online*, cuja manutenção e parte técnica continuará a cargo da empresa em Cabo Verde, a JS Media Lda.

Este é o primeiro passo na internacionalização do *software*, mas a ideia, segundo diz, é levar o projecto para os países da CE-DEAO. Uma forma de alcançar o retorno de um investimento de cerca de 4 mil contos. “Só no mercado cabo-verdiano é muito difícil, mesmo com todos os benefícios apresentados às empresas”, sublinha.

Para além da sua aposta além fronteiras, a plataforma vai ainda marcar presença no evento Talento CV Summit, do qual é co-organizador, marcado para Outubro, em parceria com a equipa *Summit on the road*.

Mercado resistente

Segundo conta o jovem, fazer com que a ferramenta fosse reconhecida no seio das empresas e instituições cabo-verdianas, não foi um processo fácil. Para



Jailson Silva e Samuel Cunha

A plataforma de mediação de empregos, Empregos.cv, está a preparar a sua internacionalização e o processo deverá estar concluído até Dezembro deste ano. O segundo país a aderir será a República Dominicana, com o qual o processo de negociação já está na fase final.

Natalina Andrade

obter engajamento, começaram por coletar e publicar gratuitamente os anúncios de emprego.

“Era difícil porque as empresas não estavam acostumadas a colocar aquele tipo de informação numa plataforma digital. Íamos buscar os anúncios aos jornais para publicar no site”, explica.

A primeira versão, “não muito robusta”, apresentava as ferramentas necessárias para fazer o essencial, segundo conta. O *software* foi entretanto, desenvolvido, com novas funcionalidades.

“A partir daí, algumas empresas começaram a ganhar a dinâmica de introduzir os conteúdos de forma autónoma. Ainda assim, até hoje encontramos algu-

ma resistência, principalmente porque o serviço deixou de ser gratuito. O custo é destinado à manutenção do site”, especifica.

A plataforma já vai na sua quarta versão. “Através dela, as empresas já podem fazer toda a gestão do processo de recrutamento, deste a seleção das candidaturas, até às entrevistas e seleção final”, avança. Ao fazer o registo, cada empresa tem acesso a um painel de utilizador, onde faz a gestão dos seus anúncios, aceita ou rejeita candidaturas e marca entrevista.

Dificuldades

Em Cabo Verde, segundo diz Jailson Silva, ainda há

uma grande resistência para produtos digitais, principalmente quando a patente é cabo-verdiana.

Entretanto, neste momento, a Empregos.cv já conta com cerca de 15 mil utilizadores, entre empregadores e pessoas à procura de emprego. Há 300 empresas registadas, aproximadamente 40 mil seguidores nas redes sociais e 33 mil candidaturas concluídas. Desde 2019, já foram publicadas 1522 vagas de emprego.

De acordo com Jailson Silva, não obstante as dificuldades, a empresa tem recebido um *feedback* bastante positivo, tanto de empresas que recrutam através da plataforma, como de jovens

que conseguiram o emprego pela mesma via.

Responsabilidade social

A Empregos.cv conta com uma área dedicada à responsabilidade social, onde informa e educa, principalmente os jovens, sobre boas práticas na hora de procurar um emprego ou se candidatar a uma vaga disponível.

“Por vezes colocamos um anúncio, mas as empresas não descrevem de forma correta os passos para a candidatura. As pessoas nos procuram para perguntar, por exemplo, quais são os documentos que devem enviar. São dados que o candidato já deve saber de antemão”, explica.

Assim, através de sessões de informação, lives e vídeos curtos, a empresa capacita gratuitamente os seus utilizadores com noções básicas de como agir perante um pedido/anúncio de emprego.

COMPLETE E GANHE



PEÇA JÁ A SUA CADERNETA

Cada **2000\$00** em combustível ou lubrificante **Shell** vale um carimbo e assinatura.
Cada caderneta é composta por 3 quadros que representam 3 prêmios.
Complete cada quadro com os 10 carimbos e assinaturas e receba o seu prêmio.

Oferta de caderneta limitada ao stock existente. Campanha válida até 31 de dezembro de 2020.



Chuvas de Setembro

Alegria no campo e tristeza na cidade da Praia

REPORTAGEM

As chuvas intensas caídas no último fim-de-semana fizeram correr muita água nas ribeiras e ruas das cidades do país. Algo que há muito não se via. Na cidade da Praia, a força das águas inundou casas, provocou a morte de uma criança e arrastou carros e até contentores. Já no campo, a chuva levou muita água às sete barragens construídas no interior da ilha de Santiago.

Silvino Monteiro

Cabo Verde esteve sob o efeito da passagem de uma depressão que provocou chuvas fortes em todas as ilhas durante o último fim-de-semana. Uma vez mais, essas as chuvas vieram colocar a nu várias fragilidades existentes no ordenamento da cidade da Praia, nomeadamente, no que tange à drenagem da água pluvial, bem como em relação a certas construções feitas no velho pressuposto de que em Cabo Verde não chove.

A capital do país viveu momentos verdadeiramente dramáticos na madrugada de sábado, 12, e durante todo o dia. As fortes cheias e enxurradas provocaram estragos vários, além da morte de uma criança de sete meses, inundação de residências, estabelecimentos e espaços comerciais, assim como a queda de muros de protecção, arrastamentos das passarelas aéreas e dezenas de carros.

Se uma semana antes a chuva era motivo de alegria e festejos pelas ruas dos bairros da cidade da Praia, já as chuvas de sábado, 12, e domingo, 13, passaram a ser motivo de preocupação e tristeza, mormente para as famílias que residem nas encostas e leitos das ribeiras e zonas baixas da cidade.

Zonas mais afectadas

Os bairros de Pensamento, Safende, Vila Nova, Fazenda, Castelão, Jamaica, Paiol e Várzea foram os mais afectados. A situação mais triste foi a morte de um bebé de sete meses em Pensamento. A residência da mãe foi invadida pelas cheias durante a madrugada e ao tentar sair de casa com duas crianças no colo, sendo uma de seis anos de idade e outra de sete meses, a mais pequena foi arrastada pela força da água e foi encontrada minutos depois já



Ribeira de Vila Nova

sem vida dentro da casa.

Cerca de seis dezenas de famílias afectadas foram realojadas no Estádio Nacional e em apartamentos alugados pela Câmara Municipal da Praia.

Avultados estragos materiais

Os danos materiais na cidade da Praia também são avultados. Para além de estragos nas casas

das famílias, dezenas de viaturas foram arrastadas e destruídas pelas cheias, assim como animais e até contentores. Muitos estabelecimentos comerciais foram inundados e os bens

danificados, com realce para o mercado de Sucupira, onde os comerciantes se queixam de milhares de contos de prejuízos e pedem ajuda ao Governo.

A nível das infraestruturas públicas, a ponte de Vila Nova ficou parcialmente destruída devido à força das cheias. E, na rampa que dá acesso ao bairro da Achada de Santo António, uma parte do muro ruiu, pondo em perigo as construções no local.

O polivalente do bairro do Paiol também ficou parcialmente destruído e várias passarelas aéreas nas ribeiras, foram arrastadas pelas correntezas.

Factores colaterais

Os estragos causados pelas cheias não resultaram exclusivamente do nível de pluviometria registado, mas também devido à obstruções dos canais de drenagem da água, ribeiras assoreadas e construções clandestinas em locais indevidos, mormente nas encostas e leitos das ribeiras.

A degradação ambiental foi também notória pelo tipo de detritos arrastados do interior até à zona marítima, na Praia. O vazamento de todo o tipo de lixo nas ribeiras e encostas, a par de entulhos e outros restos da construção civil nas ribeiras vem contribuído para o assoreamento da ribeira que passa pela Ponte de Vila Nova e vai até Praia Negra.

Com as chuvas caídas no sábado, 12, ficou demonstrado que, pelas razões atrás mencionadas, a ponte da Vila Nova já não suporta muita água.

Em suma, ao fim de quatro anos de seca, há muito que os capitalinos não viam cenas iguais. Por um lado, a força da natureza expressa no volume e força das águas e por outro no rasto de destruição que esse espectáculo foi deixando à sua passagem. ☹️



Uma das ruas do bairro de Paioil



Dezenas de carros foram arrastados



Mercado do Sucupira

Governo disponibiliza 258 mil contos para Praia refazer-se dos estragos das chuvas

O Governo convocou o gabinete de crise e reuniu de emergência para avaliar os estragos ocorridos na cidade da Praia. Na sequência, uma equipa liderada pelo primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva, efectuou uma visita no terreno para constatar “in loco” os danos causados pelas chuvas.

O Governo, através do ministro Fernando Elísio Freire, anunciou que os estragos causados pelas chuvas na capital durante o fim de-semana passado estão avaliados em aproximadamente 258 mil contos que vão ser disponibilizados pelo executivo para que a Praia volte à normalidade.

Intervenções prioritárias

Elísio Freire avançou que, nos próximos tempos, o Governo vai fazer um trabalho de “investimentos estruturantes” para a drenagem da água na capital

do país.

“Estamos a actuar de forma consistente e articulada com as câmaras municipais, em particular, neste caso, com a Câmara Municipal da Praia, para repor a normalidade e iremos continuar a reunir e a dialogar com os outros municípios”, declarou.

Segundo aquele governante, não fossem as obras de drenagens feitas na cidade da Praia, a situação seria “muito pior”. “As requalificações de Fundo de Cobre, Achadinha, Fonton e de Fundo de Calabaceira provaram bem que este que é o caminho para que o nosso país possa estar cada vez mais resiliente”, sublinhou.

De entre as obras prioritárias constam a desobstrução dos canais de água, o dessoramento das ribeiras e a correcção dos muros laterais, assim como o reforço da fiscalização para que os entulhos não sejam colocados em locais inapropriados. SM



Alegria no campo

Barragens voltam a receber água

REPORTAGEM

As sete barragens da ilha de Santiago voltaram a receber muita água das chuvas depois de três anos consecutivos de seca. O destaque vai para a barragem de Poilão, em São Lourenço dos Órgãos, que, depois de dois anos completamente vazia, voltou a receber uma quantidade razoável da água. Um outro caso digno de registo é a barragem de Salineiro na Ribeira Grande de Santiago que, pela primeira vez, recebeu uma boa quantidade de água desde a sua construção.

Silvino Monteiro

As chuvas de Setembro trouxeram de volta água às barragens e com isso o debate sobre a sua utilidade ou não. Para a alegria dos camponeses, todas as sete barragens construídas na ilha de Santiago, nomeadamente em Polião, Salineiro, Faveta, Figueira Gorda, Saquinho, Flamengos e Principal, receberam águas das cheias em abundância no passado fim-de-semana.

Barragem de Poilão

A barragem de Polião, a primeira construída no país, recebeu boa quantidade das cheias no passado domingo, 13 de Setembro, o que veio reanimar as centenas de agricultores que cultivam nas zonas a montante e também no perímetro agrícola de Ribeira Seca, que há sensivelmente três anos perderam tudo por causa de seca severa. A água armazenada vai certamente revitalizar a agricultura naquela região.

Já na Ribeira Grande de Santiago, a barragem de Salineiro recebeu, pela primeira vez, uma quantidade significativa de água. Desde a sua construção em 2013, essa infra-estrutura, que

funciona também como ponte, tinha recebido pouca quantidade da água. Mas, com a chuva deste ano, já leva cerca de 12 metros de altura de água.

Também a barragem de Flamengos, no concelho de São Miguel, que estava sem água por causa da seca, voltou a receber alguma quantidade de água.

Prestes a transbordar

As quatro barragens na ilha de Santiago que, apesar dos três anos da seca, tinham alguma quantidade de água armazenada, estão todas prestes a transbordar.

A de Faveta, em São Salvador do Mundo, é uma das que recebeu muita água durante o fim-de-semana e está a poucos metros de transbordar. Essa infra-estrutura, inaugurada em Julho de 2013, sempre armazenou muita água e já transbordou várias vezes.

Porém, durante todo esse tempo, a água armazenada ainda não foi oficialmente disponibilizada aos agricultores que reclamam da situação.

Os poucos agricultores que cultivam nessa região recorrem a expedientes vários, utilizan-

do motores para bombar a água da barragem e assim cultivar as suas parcelas agrícolas. Isso porque as redes secundárias, que deviam levar a água até às suas parcelas, ainda não foram instaladas pelo Governo.

Em Santa Catarina, a barragem de Saquinho também recebeu muita água e faltam cerca de quatro metros para atingir o limite máximo da albufeira e transbordar.

Apesar de nunca ter secado, desde a sua inauguração em Novembro de 2013, aqui, a água também nunca foi disponibilizada aos agricultores de Tabugal e Ribeirão Areia e, conseqüentemente, mais de 90% das parcelas agrícolas acabaram por secar.

Também em São Miguel, a barragem de Principal está com muita água armazenada e prestes a transbordar. Aqui, à semelhança também das barragens de Saquinho e Faveta, a água nunca foi disponibilizada aos agricultores.

E, por fim, a albufeira de Figueira Gorda, a maior do país, no concelho de Santa Cruz, também recebeu muita cheia. Essa barragem tem servido os agricultores de Boa Ventura e do perímetro agrícola de Justino Lopes.



Barragem de Saquinho no concelho de Santa Catarina de Santiago



Barragem de Salineiro no concelho de Ribeira Grande de Santiago



Barragem de Banca Furada, no concelho de Ribeira Brava na ilha de São Nicolau



Barragem de Faveta no concelho de São Salvador do Mundo em Santiago



Barragem de Principal no concelho de São Miguel em Santiago



Barragem de Poilão no concelho de São Lourenço dos Órgãos em Santiago

Obras destruídas nos Picos e na Ribeira da Barca

As últimas chuvas provocaram também alguns estragos no interior de Santiago. Em São Salvador do Mundo as fortes chuvas destruíram as obras de requalificação ambiental e urbana de Chã Rodrigues. O muro de proteção caiu e acabou por danificar a praça baptizada por “Picos na Coração”, assim como o Fitness Park e parque infantil.

A infra-estrutura, inaugurada em Novembro de 2019, foi co-financiada pelo Governo, através do Fundo do Turismo no âmbito do Programa de Reabilitação, Requalificação e Acessibilidades (PRRA), e pela Câmara Municipal de São Salvador do Mundo num montante de 16 mil contos.

O edil Ângelo Vaz diz que a autarquia vai abrir um inquérito para apurar as causas do desabamento do referido muro de protecção em Chã Rodrigues.

Santa Catarina

Em Santa Catarina os estragos maiores foram registados em Ribeira da Barca. A enxurrada deixou fissuras na ponte/passagem aérea e fez ceder parte do parque infantil edificados no quadro das obras de requalificação da orla marítima daquela vila piscatória, inauguradas em Novembro de 2019 e orçadas em mais de 27 mil contos.

Ainda nessa vila, as cheias provocaram a queda de uma parte de um muro de protecção na localidade de Lém Rocha.

A propósito da ponte, o edil Beto Alves diz que a circulação na mesma está interdita, mas assegurou que a edilidade já tem uma equipa técnica no terreno para fazer a avaliação dos danos, visando intervenções urgentes. SM



Passadeira de Ribeira da Barca danificada



Queda do muro em São Salvador do Mundo

Santo Antão

Barragem de Canto Cagarra transborda, mas problemas no uso da água persistem



Barragem Canto Cagarra Transborda

REPORTAGEM

Em Santo Antão, as chuvas intensas causaram estragos não muito graves, mas, por outro lado, as cheias encheram a Barragem de Canto de Cagarra, no Vale da Garça. Contudo, tal infra-estrutura tem causado alguma polémica, devido a falhas técnicas na sua construção. A água “desaparece” em pouco tempo e os agricultores pouco ou nada têm tirado proveito da única Barragem da “Ilha das Montanhas”.

António Chantre Neves

É certo que a passagem da tempestade “Rene”, em Santo Antão, causou alguns estragos leves, mas o que trouxe de positivo é muito satisfatório, principalmente, para os agricultores da Ilha.

De resto, a Barragem de Canto de Cagarra, no Vale da Garça, no Concelho da Ribeira Grande, por estes dias está completamente cheia.

Esta infra-estrutura hidráulica, a primeira e única desta natureza na Ilha de Santo Antão, foi inaugurada em Novembro de 2014. A obra afigurou-se, desde logo, como o renovar das esperanças para a agricultura na “Ilha das Montanhas”.

Contudo, até agora, não tem conseguido desempenhar esse papel que se perspectivou, como sendo de extrema-valia, para a promoção do agro-negócio em Santo Antão.

A Barragem de Canto Cagarra, financiada em 575 mil contos, no âmbito de uma linha de crédito com Portugal, tem uma albufeira que comporta um volume de 418 mil metros cúbicos (m³) de água, numa extensão de 84 mil metros quadrados.

Tem, ainda, a capacidade para armazenar 700 mil m³ na parte subterrânea, conseguindo, ao todo, acumular um milhão e 118 mil m³ de água. Em 2015, recebeu as primeiras chuvas e transbordou. Entretanto, devido, sobretudo, a falhas na sua construção, nos primeiros meses de 2016, a albufeira estava praticamente sem água.

Este facto suscitou estranheza nos munícipes e agricultores que, indignados, questionaram, na altura, onde é que tanta água foi parar em tão curto espaço de tempo. Com as chuvas de Setembro de 2016, a situação de Canto Cagarra piorou, drasticamente, e entrou num “processo muito acelerado de assoreamento”. Com as cheias de 2016, toda a parte da adução da água foi destruída e



Barragem Canto de Cagarra



Cheias entram na barragem

todas as tubagens partidas.

O delegado do Ministério da Agricultura e Ambiente (MAA), na Ribeira Grande, Orlando Jesus, alertou para o facto de a Ilha vir a “perder” essa infra-estrutura hidráulica, caso não fossem tomadas medidas para corrigir a situação de “assoreamento muito rápido da Barragem”, que sofreu “danos notáveis”, na parte a jusante, durante as cheias de 2016.

Investimentos

Devido aos estragos de 2016, a Barragem de Canto de Cagarra recebeu intervenções, orçadas em 33 mil contos. As obras de recuperação incidiram na reposição da parte de adução e distribuição da água e da rampa, estruturas que foram destruídas pelas cheias de há quatro anos.

Também houve, recentemente, intervenções na instalação de energia eléctrica nessa Barragem, para o funcionamento das bombas ali instaladas. Para o presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Orlando Delgado, a “grande esperança” é que a água

seja, efectivamente, utilizada.

“Não havia electricidade para se poder fazer a bombagem. Neste momento, já há electricidade. Foi instalado, este ano, todo o sistema eléctrico para a bombagem, a parte da adução está feita, e espero que, agora, se possa utilizar a água em benefício dos agricultores”, manifesta o autarca, que também é presidente da Associação dos Municípios de Santo Antão (AMSA).

Ou seja, segundo diz Orlando Delgado, o maior condicionante que havia era, de facto, não ter energia na Barragem.

Como tal, não havia condições para se poder fazer a bombagem. Para já, este problema já está resolvido, mas Delgado espera, agora, que o Ministério da Agricultura e Ambiente possa utilizar a água, em benefício dos agricultores.

“Mesmo que haja outros problemas, deve-se aproveitar a água. Há muitos agricultores que estão disponíveis para avançar com plantações, mesmo que sejam de curta duração, como, por exemplo, a batata. Há terrenos ao longo daquelas zonas para se po-

der aproveitar a água”, avisa.

E acrescenta, ainda: “Nos anos passados, apenas os agricultores da zona de Cruzinha, que fica na parte baixa, usufruíram da água da Barragem, por gravidade”.

“Muito trabalho por fazer”

A perspectiva do presidente da Câmara Municipal da Ribeira Grande, Orlando Delgado, é que haja “um bom ano agrícola”, diferente do que se procedeu nos três anos passados de seca, em que os agricultores do Concelho enfrentaram várias dificuldades.

“Vimos de anos extremamente difíceis, não só no Sector Agrícola como, também, em termos de água potável para a população. Neste momento, há uma grande alegria de todos em ver a grande infra-estrutura que é a Barragem cheia de água. A esperança é de termos um bom ano agrícola, mas há outro problema que é a praga da lagarta-do-cartucho-do-milho”, lamenta.

Orlando Delgado reconhece, por outro lado, que ainda há muito trabalho por fazer, desde logo,

no aproveitamento da água retida na Barragem. Outro problema apontado pelo edil ribeirão-grandense, prende-se com o facto de haver muitos proprietários de terra, mas que não residem na Freguesia.

“Também há o problema dos herdeiros de grandes propriedades agrícolas, que poderá ter um impacto negativo, porque não conseguem trabalhar essas enormes parcelas de terreno. Há que pensar na maneira de distribuir os terrenos”, defende Orlando Delgado, lembrando que esse processo demora algum tempo.

“Aproveitamento possível”

Os agricultores dos arredores da Barragem de Canto Cagarra exigem melhores condições e melhorias na adução e distribuição de água.

Segundo um agricultor ouvido pelo A NAÇÃO, o cenário está longe do que se previa, aquando da inauguração da Barragem, mas tem havido um aproveitamento “possível” dos terrenos,

que já tinham mais de 25 anos sem fazer qualquer cultura de regadio.

“Temos apostado em novas culturas e mesmo nos anos de seca continuámos plantando e colhendo. Entretanto, os nossos produtos ficam, praticamente, tudo nos arredores e na Ilha. Muitas vezes, o investimento não traz retorno”, lamenta um agricultor de Garça de Cima.

A Barragem de Canto de Cagarra, chegou a ser referenciado pelo ministro da Agricultura e Ambiente, Gilberto Silva, como um “passivo ambiental”, devido a diversos problemas, entre os quais, o assoreamento da albufera.

O certo é que as recentes cheias fizeram transbordar a Barragem, para a alegria dos agricultores, que temem que a água desapareça nos próximos meses, como o que se sucedeu em 2016.

A Barragem de Canto Cagarra beneficia perto de duas centenas de agricultores e 50 hectares de terreno, nessas localidades que já tinham 25 anos sem fazer qualquer cultura de regadio. ☺

PUB

A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde



Marcando a diferença
desde Setembro de 2007

Telefone: + 238 260 26 90 (PBX)
E-mail: jornalanacao.cv@gmail.com
www.anacao.cv

Filha de cabo-verdianos eleita conselheira de Pawtucket – nos EUA

Melissa Da Rosa pronta para a “grande responsabilidade”

DIÁSPORA

Americano-cabo-verdiana, bacharel em Desenvolvimento Comunitário e Justiça Social, defensora da “não-violência”, Melissa Da Rosa conquistou uma das nove “cadeiras” do Conselho Municipal – Assembleia Legislativa – de Pawtucket, que “é um papel importante e uma grande responsabilidade” para ela, nos próximos dois anos. Filha de pais cabo-verdianos, oriundos da Ilha Brava, Da Rosa acredita que a comunidade cabo-verdiana “falou em conjunto”, votando nela no pleito de 8 de Setembro.

Alexandre Semedo

Melissa Da Rosa está, ainda, com um misto de “muitas emoções”: “feliz, grata, mas, com muita humildade”, ao mesmo tempo.

“Senti tantas emoções com a minha vitória, nos últimos dias, que estou, ainda, um pouco nervosa, porque é um papel importante e uma grande responsabilidade, para mim, nos próximos dois anos”, revela ao A NAÇÃO.

DaRosa representou “a comunidade em geral”, em Pawtucket, por mais de uma década, na luta contra a violência na Cidade. de Pawtucket.

Tem inter-agido com muitas famílias envolvidas no seu relacionamento com a Cidade de Pawtucket.

“Minha missão tem sido trabalhar por um Pawtucket mais seguro, para todas as famílias. Nunca fui uma pessoa divisionista. Tenho defendido questões que previnem a violência na Cidade”, justifica ao A NAÇÃO, remarcando que, ao longo desses anos, tem procurado uma ampla representação e solução para todas “as questões pertinentes que afectam a comunidade”.

DaRosa sustenta que “tenho sido muito consistente e transparente em minha abordagem” com o Governo Municipal.

“Lidei com famílias que foram afectadas, de várias maneiras”, aponta, destacando que, como o eleitorado de Pawtucket “estava pronto para a mudança”, viram nela “um voto pela mudança no Governo da Cidade”.

“Vitória bem merecida”

Ser eleita uma mulher, principalmente, negra, cabo-verdiana e mãe é muito especial para Da Rosa. “Sou mãe de uma criança de 14 meses; portanto mãe de uma recém-nascida”, revela.

Desde o dia em que decidiu e



declarou, publicamente, que iria concorrer àquela posição, “foi uma experiência muito isolada”, já que a maioria das pessoas que estão, actualmente, no Poder, “não se parecem comigo e não se relacionam com nenhum dos meus atributos, tais como: a minha educação nem a minha situação sócio-económica”.

Daí que, para ela, “foi uma vitória bem merecida”, uma vez que já tinha falhado a conquista da ambicionada Cadeira, em duas ocasiões anteriores. “Desta vez, as pessoas acreditaram em mim. Eu venci e isso é muito gratificante”, realça.

Falando da materialização da sua Plataforma Eleitoral, Da

Rosa pretende, em primeiro lugar, “mobilizar o apoio de toda a comunidade” no seu trabalho como conselheira Municipal.

“Tenho uma Plataforma Política para o empoderamento do meu eleitorado, de modo a estarem, permanentemente, conectados ao Governo Municipal”, destaca, manifestando a sua intenção

em cultivar “um melhor relacionamento com os serviços que a Cidade oferece”.

Figura, também, nas preocupações da novel conselheira, a mobilização da “minha comunidade cabo-verdiana”, a par da “aproximação da comunidade como um todo”.

E promete: “Trabalharei com os actuais residentes na Cidade e com os recém-chegados de Cabo Verde, ajudando-os na resolução de quaisquer das suas necessidades pessoais ou empresariais”.

Congratulações

Até segunda-feira, 14, a recém-eleita não tinha, ainda, recebido “nenhuma mensagem” de felicitações e de congratulações, nem contactada “por nenhum representante oficial” de Cabo Verde.

“Mas, tenho certeza que eles entrarão em contacto comigo, em breve”, manifesta ao A NAÇÃO, lamentando a perda de uma prima, falecida mesmo no dia da Eleição, pelo que está “passando por um período de luto, nos últimos dias”.

Da Rosa nasceu nos EUA, mas já visitou Cabo Verde, ocasião que foi de encontro “de um novo amor e apreço pelo País e pela sua bela Cultura”.

No que estiver ao seu alcance, Da Rosa tudo fará para “cimentar e fortificar o “relacionamento” desses países dos dois lados do Oceano Atlântico: Cabo Verde e EUA.

Mensagem? “É hora de nos unirmos, de seguirmos em frente, de trabalharmos juntos, para fazermos as mudanças necessárias, para a nossa comunidade e o nosso povo, para construirmos uma vida melhor e promissora para a próxima geração de cabo-verdianos em Pawtucket e nas Ilhas”, responde Da Rosa, em jeito de remate final.

Melissa Da Rosa

Uma mulher persistente e mãe afectuosa

Melissa Lopes Da Rosa nasce em Brockton, Massachusetts – nos Estados Unidos da América – EUA -, a 18 de Agosto de 1984.

Muda para Pawtucket, com seus pais, quando contava, apenas, um mês de idade, onde vive desde então. Seus pais, Daniel e Maria, imigraram para os Estados Unidos da América – EUA -, provenientes da Ilha Brava.

Melissa fez todos os seus estudos em Pawtucket, incluindo os ensinamentos Fundamental e Médio, na “Shea High School”.

Após o Colegial, frequenta o “Unbound College”, onde obteve o diploma de Bacharel em “Desenvolvimento Comunitário e Defesa da Justiça Social”, em 2015.

Por mais de uma década, trabalha, em várias funções, para o “Non-Violence Institute”, em Rhode Island.

Nos últimos dois anos, vem coordenando a Segurança da Comunidade para a Autoridade de Habitação da Cidade de Providence (“Providence Housing Authority”). Trabalha, também, no “Crossroads Rhode Island”, como assistente de um

Abrigo para Sem-Tectos.

Concorreu à Câmara Municipal de Pawtucket, em 2016.

Persistente, cabo-verdiana - nascida nos EUA - e mulher de fibra, em 2018, volta a concorrer, como independente, para o mesmo cargo, “perdendo por alguns votos”.

Pretende visitar a Cabo Verde, brevemente, pois, é a terra-natal dos seus pais. “Estão aqui há muito tempo, mas ainda têm laços muito estreitos com Cabo Verde, principalmente com a sua Ilha Brava, onde ainda enviam muito material e ajuda

financeira à família e a outras pessoas por aí”, revela ao A NAÇÃO.

Em algumas ocasiões, Da Rosa já trabalhou e colaborou com o Consulado-Geral de Cabo Verde em Boston, “no que diz respeito a diversos casos que eles estavam a trabalhar na Cidade de Pawtucket”.

O seu principal “hobby”, actualmente, é cuidar da sua filha Kamariya, de apenas 14 meses.

Já foi professora de Dança cabo-verdiana. Alias, “dançar é, definitivamente, algo que adoro fazer”. AS

Crisolita Figueiredo falha Cadeira para conselheira Municipal em Pawtucket

“Resultado não espelha o que vimos no terreno”

Natural da Ilha do Sal – em Cabo Verde -, a viver nos Estados Unidos da América – EUA -, desde Janeiro de 1995, a socióloga Crisolita Figueiredo falha a Eleição para o Conselho Municipal da Cidade de Pawtucket. Passados alguns dias do pleito, Figueiredo que já pediu “a recontagem dos votos”, considera que o resultado “não representa, realmente, o que vimos no terreno, durante a Campanha”.

Alexandre Semedo

Na avaliação de Crisolita Figueiredo, o resultado para o Conselho Municipal – Assembleia Legislativa -, “não representa, realmente, o que vimos no terreno, durante a Campanha”, paras as Eleições de 8 de Setembro, na Cidade de Pawtucket.

Malgrado não atingir os propósitos iniciais – Vide o A NAÇÃO nº 675, de 06 de Agosto de 2020 -, Figueiredo considera, mesmo assim, que o resultado “foi um pouco positivo”,-.

E explica porquê: “ Foi promissora, uma vez que é a minha primeira vez, concorrendo para um cargo político na Cidade”, insistindo, mesmo assim, que “o resultado podia ser melhor” e mais “em sintonia com o ‘feedback’ que recebemos do eleitorado, no terreno”.

Passados alguns dias do pleito, Figueiredo reconhece que, “o

que realmente faltou, foi o tempo”, já que decidiu concorrer para a posição de conselheira, dois meses antes da realização da Eleição.

“Precisávamos de mais tempo e mais voluntários no terreno de Campanha. Também, a participação do eleitorado cabo-verdiano foi muito fraca no Distrito em que eu concorri”, explica ao A NAÇÃO.

Sentimento

Mesmo assim, está com “um sentimento de optimismo”, sabendo que, apesar do “resultado desfavorável, o processo ainda não está completo”, já que solicitou a recontagem de votos, “devido a algumas discrepâncias que houve no decorrer da contagem”.

No pós-Eleição, Figueiredo pretende manter-se activa na sua “participação político-cidadã-cívico-associativa”.

E promete: “Vou abraçar todas as causas da nossa comunidade e ajudar, em tudo o que for possível e o que está dentro do meu alcance, como uma líder e activista comunitária, em prol do desenvolvimento e informação da nossa comunidade”.

Figueiredo ainda não felicitou o “declarado” vencedor, uma vez que ela pediu a recontagem de votos. “Após a recontagem final, se realmente os números mantiverem da mesma forma, vou felicitá-lo, com todo o gosto/prazer, dizendo-lhe que estarei sempre disponível para dialogar em relação a questões pertinentes para a nossa comunidade”, assegurou ao A NAÇÃO.

Agradecimentos

Figueiredo agradece a confiança e o carinho dos eleitores, “especificamente, os que



votaram” nela, conclamando-os a não ficarem desencorajados com o resultado.

“Os votos deles não foram em vão. Daqui a dois anos, estaremos, de novo, juntos, para uma nova caminhada. Aos que não votaram em mim, pretendo divulgar melhor a minha Plataforma e Agenda Política, para que eles possam me conhecer melhor como candidata”, anuncia.

Crisolita Figueiredo já recebeu felicitações e ânimos da parte “da nossa Primeira-Dama, Lígia Lubrino Fonseca”, a par do cônsul-geral em Boston, Hermi-

nio Moniz e da adido cultural, Gunga Tavares.

“Enviaram-me palavras de motivação e encorajamento em relação à minha Campanha Política”, revela.

A modos de mensagem final, Figueiredo deixa o seguinte apelo aos cabo-verdianos residentes na Diáspora: “Devemos nos unir mais e envolvermos mais em questões e temas governamentais, sobretudo em nossas cidades locais, para que possamos, como um povo trabalhador e digno, ocupar o nosso lugar na mesa e no centro das decisões políticas”. 🌟

SOCIEDADE

Norte-americano, amigo de Cabo Verde, perde corrida à Câmara de Pawtucket

David Norton não vai “desistir”

DIÁSPORA

A pesar de perder a Eleição de 8 de Setembro, para “Mayor” – Presidente de Câmara - da Cidade de Pawtucket, David Norton não vai desistir, pois, “há um trabalho importante e muito premente” a ser feito na comunidade.

“Toda a Cidade enfrenta desafios sociais e económicos significativos, os quais, são mais imediatos para os membros da nossa comunidade cabo-verdiana, em muitos aspetos”, sustenta Norton, prometendo insistir nas reformas da aplicação da Lei, da equidade em Saúde, na contratação e na criação de um Comité Especial para “ajudar os nossos residentes a obter os benefícios federais e estatais necessários”.

No entendimento de Norton – um “amigo de Cabo Verde e das suas gentes” - o “futuro é muito incerto neste momento, mas tentarei enfrentar os desafios que vierem”.

O que falhou?

A Campanha de Norton “não foi capaz de alcançar os resultados desejados”.

Falharam nos cálculos: não esperavam que “um número tão elevado de eleitores votasse durante a Pandemia”. Mais: “Não conseguimos chegar a alguns eleitores. A nossa Equipa não era suficientemente grande e o número de pessoas que votaram acabou por ser muito superior ao previsto”. A mensagem de Campanha de Norton era sobre as mudanças sociais e económicas – Vide o A NAÇÃO n° 670, de 02 de Julho de

Veterano do Exército, professor de Inglês e pequeno empresário, o norte-americano David Norton é “um grande amigo de Cabo Verde e das suas gentes”. Falhou a conquista da Câmara de Pawtucket – nas Eleições de 8 de Setembro -, mas não vai “desistir”, porque “há um trabalho importante e muito premente” a ser feito na comunidade.

Alexandre Semedo

2020.

“Foi bem recebida, no geral, mas, muitas vezes, as pessoas preferem uma mensagem que não pinte uma imagem negativa do futuro”, reconhece, alertando que “a mudança e a adaptação ainda não correspondem à situação que, em breve, nos encontraremos, onde muitos moradores

perderão os seus carros, os seus apartamentos e casas, e os seus empregos”.

Norton avança que muitos eleitores “querem acreditar que a Pandemia de COVID-19 não se agravará”, e que a economia vai recuperar. “A maioria dos eleitores escolheu o ‘status quo’, por medo da mudança, e a esperan-

ça de que as coisas voltem ao que era antes da Pandemia”, salienta.

Disponibilidade

Norton está “muito disposto a trabalhar com os nossos recém-eleitos líderes”, em Pawtucket.

Aliás, muitos deles têm as mesmas opiniões que ele,

sobre as mudanças económicas e sociais.

“Acima de tudo, gostaria de trabalhar com os líderes recém-eleitos, para aprovar reformas significativas nas práticas de contratação de cidades (aumentando pontos para as línguas), abordando os problemas de comunicação entre a cidade e os seus residentes, e abordando o problema da desigualdade na Saúde”, esmiúça, lembrando que uma das propostas mais populares que apresentou foi “a atribuição de quatro pontos-extra aos candidatos ao emprego da Cidade, por cada proficiência em Kriolu, Português, Espanhol e Francês”.

Norton reafirma que “amo o Povo cabo-verdiano e a sua Cultura”, que “é a maior população estrangeira” em Pawtucket.

“A comunidade cabo-verdiana é a chave para o desenvolvimento social e económico de Pawtucket. Não posso sublinhar o suficiente a importância de incluir mais pessoas cabo-verdianas no nosso Sistema cidadão”, salienta, reiterando que “precisamos das suas línguas, da sua ética de trabalho e da sua capacidade de adaptação a situações complexas”.

Na avaliação de Norton, os cabo-verdianos emigram para lugares como Pawtucket, indo, directamente, o trabalho, tendo que se adaptar “a um Sistema inteiramente novo”, com muito pouca orientação ou ajuda.

“Neste momento de grande incerteza, precisamos que os membros da comunidade cabo-verdiana em Pawtucket ocupem posições no Sistema da Cidade”, conclui o entrevistado do A NAÇÃO.



Navegue sem intermediários

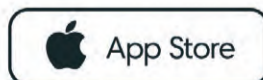
www.anacao.cv



PUB

Leia e ouça o jornal **A Nação** **Cabo Verde** em qualquer lugar, em qualquer língua.

Baixe o aplicativo
PressReader e aproveite!



Travessia Quebra Canela/Cidade Velha em natação

Érica Soares continua a aguardar bolsa de estudos prometida pelo Governo

A jovem nadadora internacional cabo-verdiana, Érica Soares, continua a aguardar a prometida bolsa de estudos do Governo para continuar os estudos no Senegal. A promessa do Governo foi feita pelo ministro do Desporto em Setembro de 2019, quando esta atleta tarrafalense fez a travessia a nado entre Quebra Canela/Cidade Velha.

Jason Fortes

Um ano após ter protagonizado a travessia Quebra Canela/Cidade Velha a nado, com o tempo de seis horas e meia, Érica Soares, ainda aguarda pela bolsa de estudo então prometida pelo ministro do Desporto no sentido de a atleta continuar os seus estudos no estrangeiro.

Fernando Elísio Freire disse, na altura, que ficaria à espera da fundamentação da Federação Cabo-verdiana de Natação para se poder avançar com o processamento da bolsa de estudos que deveria ser atribuída à jovem atleta Érica Soares.

Com essa travessia, a atleta tarrafalense tinha como propósito despertar um pouco mais de atenção das autoridades desportivas em relação à natação e, com isso, conseguir uma bolsa de estudos do Estado cabo-verdiano.

“O único ganho que a travessia me deu foi que muitas pessoas do país e na diáspora passaram a conhecer-me e a encorajar-me para continuar a nadar e seguir os meus sonhos”, afirma.

Actualmente, Érica Soares, de 19 anos, encontra-se no Senegal onde pretende inscrever-se no Instituto Nacional Superior de Educação Popular e do Desporto (INSEPS), que pertence à Universidade Cheikh Anta Diop.

“Ainda estou a fazer o ano de língua que é obrigatório para os que não falam o francês para poder ter o meu certificado e ter acesso à universidade”, diz Érica Soares, em declarações ao A NAÇÃO.

Os estudos, até então, têm sido custeados pela família e pessoas próximas da jovem, que, com muito esforço, tentam

ajudá-la a alcançar os seus objectivos.

Passado um ano após a travessia a nado, Érica Soares lamenta que esse feito não tenha recebido a devida valorização por parte das autoridades e questiona o porquê do atraso na atribuição da prometida bolsa.

“A mensagem que eu quis transmitir não teve o impacto que eu esperava, pois ainda não consegui a bolsa de estudos. Desconheço as causas deste atraso, mas continuarei a aguardar que a entidade que assumiu esta responsabilidade cumpra o prometido”, realça.

Adaptação de treinos

Devido à pandemia da Covid-19, a piscina onde Érica habitualmente fazia os seus treinos de natação no Senegal, foi encerrada. Este facto obrigou-a a adoptar uma nova forma de treinar.

“Quando a piscina foi encerrada, recorri à minha criatividade, adaptando-me a uma nova forma de treinar em casa. Se gostamos de fazer algo, esforçamo-nos para poder conciliar e, de facto, consegui conciliar os estudos e os treinos”, explica.

A nível desportivo, os objectivos de Érica passam por conseguir bater todos os seus recordes, representar o país mais e mais vezes, conseguir alcançar o sonho de se inscrever na universidade, terminar o curso e começar a ensinar aos outros o que aprendeu.

Até então, a única entidade que mostrou interesse em ajudá-la foi a Federação de Natação de Cabo Verde mas ainda aguarda a boa vontade das outras entidades para se unirem a fim de a ajudar a alcançar os seus objectivos.



Érica foi seleccionada para Centro de Alto Rendimento da FINA

A nadadora Érica Soares foi seleccionada para integrar um Centro de Alto Rendimento da Federação Internacional de Natação (FINA). A informação foi avançada pela FECAN esta quarta-feira (16), que, entretanto, diz desconhecer qualquer expectativa criada pelo Ministro do Desporto, Fernando Elísio Freire, junto da Érica Soares numa “eventual” concessão de bolsa de estudos.

Érica Soares vai integrar um Centro de Alto Rendimento da FINA, em Dacar. O pedido foi feito pela FECAN há cerca de dois meses, mas a confirmação só chegou esta semana. Ao integrar este centro, Érica terá acesso a uma bolsa que cobrirá um ano das suas despesas com estadia e alimentação em Dacar.

Sobre a questão da eventual bolsa do governo, o presidente da FECAN, Avelino Bonifácio, disse desconhecer-la e que só teve conhecimento da ida da Érica para Senegal para a formação, depois de ela já lá estar, pelo que não teve responsabilidades na decisão que ela tomou.

Este responsável esclareceu que, na altura

da travessia Quebra Canela – Cidade Velha, Érica terá expressado o seu desejo de fazer uma formação superior na área de desporto e que o Ministro do Desporto teria informado que o pedido teria de ser feito e fundamentado, nos termos da lei, pela FECAN.

Contudo este último não poderia fazer o pedido devido a entrada em vigor de uma nova lei de financiamento do desporto, que estabelece um conjunto de exigências para a Federação, enquanto tal, mas também para as associações regionais de natação, enquanto membros.

“A lei exige que a Federação seja constituída por um mínimo de cinco associações regionais, e a FECAN é constituída por quatro. Todas as cinco associações têm que estar registadas e ter utilidade pública desportiva, quando a maioria das associações regionais não está registada. As associações têm que funcionar regularmente e prestar as contas, nos termos da lei e dos estatutos, o que não acontece com a maioria”, acrescenta o presidente da FECAN.

JF



Avelino Bonifácio

PUB



Uma editora de Cabo Verde para o Mundo



Cidadela - CP 690 - Praia
Ilha de Santiago - Cabo Verde
Praia: (+238) 2602690
geral@alfa.cv • www.alfa.cv



João Serra*

Cabo Verde: Desafios ao Regime Cambial vigente e às Reservas Externas no contexto da pandemia de Covid-19

Partindo do pressuposto de que “nenhum regime de moeda única é adequado para todos os países ou para todos os tempos”, decorridos 22 anos desde a assinatura do ACC, a nova realidade macrofinanceira do país, associada à atual conjuntura de crise, nos interpela a uma reflexão sobre alguns ajustamentos a serem introduzidos no Acordo, nomeadamente no montante da linha de crédito, na sua finalidade e no prazo de reembolso(...) Havendo abertura por parte de Portugal, as autoridades cabo-verdianas poderão negociar um valor base da FC ainda superior, indicativamente equivalente a dois meses de importações de bens e serviços.

Acordo de Cooperação Cambial entre Cabo Verde e Portugal

Como é sabido, existem vários regimes cambiais, nomeadamente câmbio fixo, banda cambial, câmbio flutuante, sendo certo que “Não existe um regime cambial ótimo para todos os países ou para todas as situações.” (Frankel, Jeffrey, 1999)

Enquanto uma pequena economia aberta, insular e africana, a estabilidade nominal da moeda cabo-verdiana figurou-se desde os primórdios da independência como uma condição “sine qua non” para promover o equilíbrio macroeconómico e sustentar o desenvolvimento a longo prazo.

Em 1998, Cabo Verde vivia num contexto de desenvolvimento muito incipiente do seu sistema financeiro, de acentuados desequilíbrios macroeconómicos e de instabilidade cambial. Tal situação perigava, sobremaneira, a credibilidade da moeda nacional e as reservas externas do país.

Assim, é natural que a orientação estratégica por um regime de câmbio fixo, ancorado a uma moeda estrangeira estável e credível, tenha sido o caminho encontrado para viabilizar o saneamento da situação vivenciada na altura. Com efeito, o referido regime promove uma maior disciplina na condução da política orçamental e da política monetária, criando espaço para a promoção de reformas estruturais conducentes a uma maior integração económica do país na economia global, em particular na economia europeia.

Assente nestes preceitos e sustentado por fortes laços de amizade e culturais, foi assinado, em 1998, o Acordo de Cooperação Cambial entre a República de Cabo Verde e a República Portuguesa, tendo como objetivos primordiais a promoção da estabilidade macroeconómica e financeira e a abertura ao exterior do país.

O Acordo de Cooperação Cambial (ACC) levou ao estabelecimento de uma taxa de câmbio fixa entre o escudo de Cabo Verde (ECV) e o escudo de Portugal (PTE), inicialmente de 0,55 ECV/PTE. Com a introdução do euro (EUR) e a adesão de Portugal à moeda europeia, a conversão passou para 110,265 ECV/EUR.

Com a vinculação da moeda nacional a uma moeda estrangeira, Cabo Verde perdeu parte da autonomia em matéria de política monetária, enquanto instrumento de gestão macroeconómica. Em contrapartida, isso permitiu estabilizar a economia em termos nominais e cambiais, o que contrasta com a instabilidade existente aquando da celebração do ACC.

Os importantes e assinaláveis ganhos obtidos com esse Acordo suplantam os benefícios que poderiam ser gerados com a plena autonomia na condução da política monetária. O balanço que se faz do regime cambial existente no país é francamente positivo. Destacam-se os aspetos positivos que se seguem.

O país conseguiu convergir nominalmente com a Zona Euro, estando hoje a tendência de longo-prazo da inflação nacional alinhada ao “inflation target” do Banco Central Europeu, na ordem dos 2%, cumprindo, assim, o primeiro dos dois principais objetivos visados no âmbito do Acordo.

A taxa de câmbio efetiva real do escudo manteve-se globalmente estável nesse período. A competitividade-preço da economia cabo-verdiana - tanto quanto pode ser aferida por este indicador - foi assim preservada, evitando, deste modo, um dos principais riscos associados a este tipo de regime cambial. Salienta-se que em 22 anos Cabo Verde nunca procedeu a qualquer realinhamento da paridade.

A estabilidade e a credibilidade da política cambial viabilizaram o aumento do investimento direto estrangeiro no país, com efeitos positivos na diversificação da sua economia e do seu comércio externo. Em decorrência, aumentou-se o grau de cobertura das importações pelas exportações, com destaque para o turismo.

Assistiu-se a uma maior sincronização dos ciclos económicos de Cabo Verde com a Área do Euro, mitigando os efeitos da perda parcial de autonomia da política monetária em virtude da política cambial vigente e do regime de “peg” fixo do escudo ao euro.

As reservas externas do país cresceram de forma sustentada, em termos globais, situando-se acima dos 5 meses de importações de bens e serviços des-

de 2014 e garantindo praticamente a cobertura da base monetária há largos anos. Tal permitiu assegurar, sem qualquer constrangimento, os pagamentos externos.

O enquadramento legal das políticas macroeconómicas tem evoluído no sentido de uma maior convergência técnica e normativa com a Área do Euro, procurando promover uma maior disciplina macroeconómica, condição indispensável para a sustentabilidade do regime cambial vigente.

Para além dessa indubitável conquista, o ACC contribuiu, também, para o aprofundamento dos laços económicos, financeiros e políticos entre Cabo Verde, Portugal e a Europa.

Em 2018, realizou-se, na Cidade da Praia, uma Conferência Internacional de celebração dos 20 anos da Assinatura do Acordo de Cooperação Cambial. Nesse encontro, o Acordo foi considerado, por parte dos participantes, um caso de sucesso que merece ser analisado.

Face à estabilidade cambial e à credibilidade da moeda, foi possível concluir, em 2018, o processo de liberalização plena das operações económicas e financeiras com o exterior e das operações cambiais, eliminando-se as poucas restrições até então existentes. Até à presente data, a referida medida não teve qualquer impacto negativo no “stock” das reservas externas.

A total liberdade dos movimentos de capitais constitui um instrumento de estabilização cambial, por facilitar a entrada de divisas associadas a investimentos produtivos de longo prazo, financiados com poupança externa. Por isso, esta reforma pode ser entendida como um aprofundamento ou amadurecimento do regime cambial em vigor.

O levantamento do controlo dos movimentos de capitais, contudo, tem um preço, uma vez que implica alguma perda da função de prestamista de última instância para o Banco de Cabo Verde (BCV). De igual modo, num contexto de indisciplina macroeconómica, pode potenciar ataques especulativos à moeda. É premente, neste novo contexto, a necessidade de contínuo reforço da capacidade de supervisão do sistema financeiro, dentro de um quadro regulatório que se pretende consentâneo

com as normas internacionais de referência. Por outro, é necessária uma gestão cada vez mais rigorosa do diferencial de taxa de juro entre Cabo Verde e a Área do Euro.

As Reservas Externas do Banco de Cabo Verde

As moedas, enquanto ativos de reserva, existem há milhares de anos, desde o tempo do Dracma grego no século V antes de Cristo. O dinheiro é insubstituível devido à sua estabilidade inerente e à sua importância global como meio de troca.

Hoje, numa economia global cada vez mais integrada e interconectada, praticamente nenhum país consegue sobreviver sem reservas cambiais.

As reservas externas oficiais têm servido, para além das funções mais básicas, para mostrar ao mundo a estabilidade da economia de um país para fazer face ao seu passivo externo. Por outro lado, constituem-se como um fator de atração de novos investimentos por parte de investidores internacionais. Ademais, as reservas cambiais mitigam as vulnerabilidades externas do país durante tempos de crise, agindo como “buffers” no amortecimento de choques e desequilíbrios na balança de pagamentos, elevando a confiança dos agentes económicos e de investidores não especulativos.

Para Cabo Verde, as reservas externas são fundamentais para a sua própria sobrevivência, particularmente por três motivos. Primeiro, por ser um país “price taker” (tomador de preços), ou seja, que importa quase tudo o que consome e investe. Segundo, porque necessita de recorrer, de forma incontornável, à poupança externa para financiar o seu processo de desenvolvimento. Terceiro, para garantir o regime cambial de paridade fixa unilateral vigente no país.

Neste contexto, a manutenção dum nível adequado de reservas cambiais é relevante, na medida em que permite, entre outros objetivos, suportar e credibilizar a política monetária e cambial.

Desde a crise financeira global de 2008, prevalece um contexto de maior incerteza, que deverá permanecer por tempo indeterminado. Desde então, as



condições cada vez mais desfavoráveis de aplicação das reservas, nos mercados financeiros, têm obrigado os Bancos Centrais, entre os quais o BCV, a ajustar o seu paradigma de gestão das mesmas.

Antes da crise de 2008, o paradigma era a rentabilização dos ativos externos, ainda que assente no princípio da prudência. Naquele contexto de taxas de juro positivas, o BCV beneficiava grandemente com os rendimentos gerados, o que contribuía de forma determinante para o equilíbrio das suas contas.

Com a introdução de taxas de juro negativas, a gestão passou a priorizar a preservação das reservas cambiais, o que vem impactando muito negativamente as contas do BCV.

Hoje, com o maior agravamento das taxas diretoras na Área do Euro e a reversão da política monetária restritiva dos EUA, o paradigma continua a ser a minimização das perdas das reservas cambiais.

Neste quadro, é crucial que o BCV tenha, cada vez mais, maior clareza estratégica, tática e operacional relativamente aos objetivos de gestão. Deve analisar o portfólio das suas reservas de forma holística, perspetivar e apostar na diversificação da carteira de moedas e ativos de reserva, com ênfase no ouro, enquanto ativo de refúgio. A segurança deve ser entendida como volatilidade reduzida e não tanto como investimento em presumíveis ativos “risk-free”, num exercício permanente de “trade-off” quanto à relação risco/retorno.

Ao que tudo indica, o paradigma da minimização das perdas das reservas cambiais deverá prevalecer num horizonte alargado, particularmente no contexto de crise económica provo-

cada pela pandemia de Covid-19. Este paradigma é particularmente relevante nas economias em desenvolvimento com regimes de câmbios fixos, como é o caso de Cabo Verde. Desafia os Bancos Centrais e os respetivos gestores de reservas externas a encontrar soluções criativas, dentro do perfil de risco conservador que caracteriza este tipo de instituição.

O BCV tem estado atento a estas mudanças e tem procurado agir em conformidade. Num contexto muito complexo de gestão, desenvolveu as suas carteiras de investimentos em euro e dólar, com maturidades muito mais longas, de forma a conseguir mitigar os efeitos dessa incerteza nos mercados internacionais. Por outro lado, tem estudado alternativas de diversificação do seu portfólio de ativos externos, tendo já diversificado a sua carteira através da aquisição de ouro, este enquanto ativo sem risco de crédito e com valor intrínseco, de elevada liquidez, constituindo reserva de valor a longo prazo.

Desafios para a manutenção do Regime Cambial de “peg” fixo do escudo ao euro face à pandemia de Covid-19

Com a assinatura do Acordo de Cooperação Cambial em 1998, transformações profundas se operaram na sociedade cabo-verdiana. O ACC permitiu ao país dar credibilidade à sua política monetária e fazer convergir a inflação para níveis próximos aos da Zona Euro. Os indicadores relativos ao comércio externo e ao investimento direto estrangeiro refletem um aumento expressivo da abertura ao exterior por parte da economia cabo-verdiana. No contexto de maior abertura ao exterior, o aumen-

to do rendimento médio “per capita” de Cabo Verde foi um dos fatores mais relevantes que marcaram esse período de tempo. A taxa de câmbio fixa do escudo face ao euro tornou-se um estabilizador automático dos preços a nível interno e da economia nacional.

Assim sendo, julgo que não há razões para a descontinuidade do regime cambial existente do país, de “peg” fixo do escudo face ao euro.

No entanto, se o regime de câmbio fixo tem como principal vantagem o controlo da inflação (dado que evita o efeito “pass-through”), bem como a previsibilidade nos negócios e no retorno do investimento estrangeiro, tem também as suas desvantagens, as quais se fazem sentir particularmente em períodos de grandes dificuldades económicas. É que, para além de restringir a autonomia da política monetária, a manutenção desse regime cambial é muito exigente.

Essas exigências têm que ver, basicamente, com a necessidade de Cabo Verde continuar com o processo de consolidação orçamental (défice orçamental contido e redução do rácio dívida pública/PIB) e a promoção do crescimento económico, que impulse as fontes de reservas externas, por forma a que as reservas internacionais de que o BCV disponha sejam suficientes para garantir a manutenção da paridade cambial. Para o efeito, estima-se um nível de DLX (disponibilidades líquidas sobre o exterior) correspondente a cerca de 30% do agregado monetário M2 (massa monetária em sentido lato). Caso contrário, os défices recorrentes na balança de pagamentos, financiados via reservas externas, tornam este regime cambial insustentável.

Na presente conjuntura de acentua-

da recessão económica e em que a recuperação inicial em forma de “V” parece não estar a acontecer (sendo provável que continue assim durante muito tempo), torna-se extremamente difícil cumprir, na plenitude, tais exigências, no curto e médio prazo.

No caso concreto das reservas externas, estas têm entrado no país, basicamente, pela via da ajuda pública ao desenvolvimento (ajuda orçamental e donativos), uma via precária e conjuntural, e por remessas de emigrantes, na medida em que as atividades económicas que as geravam (turismo, transporte internacional, etc.) estão praticamente paralisadas.

Apesar disso, fazendo as autoridades nacionais (Governo e BCV) a parte que lhes cabe, penso que é possível manter o regime cambial existente, desde que haja uma resposta da atividade económica aos impulsos orçamentais e monetários dados. Salienta-se que também é do interesse de Portugal e da Europa a manutenção e estabilidade desse regime, enquanto principais parceiros económicos de Cabo Verde.

Partindo do pressuposto de que “nenhum regime de moeda única é adequado para todos os países ou para todos os tempos”, decorridos 22 anos desde a assinatura do ACC, a nova realidade macrofinanceira do país, associada à atual conjuntura de crise, nos interpela a uma reflexão sobre alguns ajustamentos a serem introduzidos no Acordo, nomeadamente no montante da linha de crédito, na sua finalidade e no prazo de reembolso.

Em 1998, ano da assinatura do ACC, o valor base da linha de crédito ou Facilidade de Crédito (FC) correspondia a cerca de 8% do PIB e a 1,5 meses de importações de bens e serviços desse ano. Mantendo os rácios iniciais e utilizando o valor nominal do PIB e o montante das importações de bens e serviços, ambos referentes a 2019, o valor base da FC seria, pelo menos, quatro vezes superior. Havendo abertura por parte de Portugal, as autoridades cabo-verdianas poderão negociar um valor base da FC ainda superior, indicativamente equivalente a dois meses de importações de bens e serviços.

Quanto à finalidade, é desejável que a FC se traduza num apoio direto à balança de pagamentos e que a sua utilização seja desassociada da existência

de receitas próprias, ficando o BCV responsável pelo reembolso e eliminando a possibilidade do Tesouro utilizar as contrapartidas dos desembolsos para efeito de financiamento do Orçamento. Outrossim, reveste-se de grande importância uma ponderação sobre a FC, que desempenha, ainda que em menor medida, uma função de prestamista de última instância ao dispor do BCV.

Já relativamente ao prazo, propõe-se que os saques devem ser reembolsados três anos após o respetivo desembolso, dando, assim, tempo à recuperação económica dos efeitos da pandemia.

Um outro desafio que se coloca à moeda cabo-verdiana tem a ver com o processo em curso de criação da moeda única dos países que constituem a Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a qual Cabo Verde pertence.

Enquanto Técnico, não vejo vantagens na opção pela integração do ECV na futura moeda única da CEDEAO. Penso que Cabo Verde deverá manter a sua moeda, no contexto do aprofundamento do ACC com Portugal, visando reforçar a credibilidade do regime de “peg” fixo ao euro, nomeadamente pelas seguintes razões:

A história económica do país evidencia uma evolução marginal relativamente ao continente africano, estando as relações económicas, comerciais e financeiras viradas quase que exclusivamente para a Europa;

A nossa moeda nacional tem desempenhado eficientemente as suas funções fundamentais, enquanto unidade de conta, meio de troca e reserva de valor;

O escudo cabo-verdiano, para além da sua credibilidade e de ser um importante ativo nacional, é um símbolo do país enquanto nação diaspORIZADA; e

O acordo cambial funciona e não há benefícios em substituí-lo por outro arranjo monetário, pelo menos num horizonte previsível de curto e médio prazo. Tem servido bem à economia cabo-verdiana no seu processo de desenvolvimento e poderá, através do seu reforço, acrescer ainda mais valor ao processo no contexto atual de elevada incerteza.

Praia, 13 de setembro de 2020

*(Governador do Banco de Cabo Verde)



Arsénio Fermino de pina*

Necessidade de solidariedade com os que lutam pela liberdade (1)

Há muito que oiço falar de Ângela Davis, dos Panteras Negras e do Poder Negro sem nunca ter encontrado informação detalhada que me informasse cabalmente. Só recentemente consegui ter, da Editora Antígona, uma coleção de discursos e entrevistas de Ângela Davis – A Liberdade é uma Luta Constante – que nos lança alguma luz sobre assuntos cada vez mais frequentes da violência, tortura de Estados, particularmente nos Estados Unidos, desde a escravatura, e a situação dos não-brancos. É sobre isso que irei reunir os ditos e escritos de alguns que mais me prouberam e convenceram pela experiência que tenho da vida.

Ângela Davis

Sempre li e ouvi falar de Ângela Davis e dos Panteras Negras como terroristas e diabolizados como marxistas ou comunistas, e muitos activistas do grupo foram incluídos na Lista dos mais Procurados da FBI. A partir de Bush filho e da destruição das Torres Gémeas essa lista passou a chamar-se Lista dos Terroristas Mais Procurados pelo FBI e CIA, e nela foram incluídos os activistas que lutavam pelo reconhecimento e aplicação dos Direitos que a lei americana, a sua Constituição, reconheciam e não se aplicavam.

Como publiquei artigo sobre o Presidente Abraham Lincoln e do fim da escravatura nos Estados Unidos, aproveito para esclarecer alguns pontos omissos e acrescentar informações para entendermos a violência policial, a privatização e militarização da Polícia.

Começamos por Ângela Davis e Panteras Negras para desmistificar alguns preconceitos. Ângela Davis tem, actualmente cerca de 76 anos de idade. Nasceu e viveu numa região do Sul dos Estados Unidos, Alabama, na cidade de Birmingham, onde o racismo e a segregação racial eram oficialmente praticados na sua estúpida dureza. Como era boa aluna conseguiu uma bolsa de

estudos que lhe permitiu estudar em Nova York, formando-se em Filosofia.

Em 1970 foi acusada de ter ajudado a fuga de presos e passou a pertencer a essa Lista do FBI, capturada e diabolizada pelas autoridades como marxista pertencendo ao Grupo dos Panteras Negras. Após protesto nacional e internacional por activistas, foi julgada e libertada. Pela sua qualificação foi nomeada professora auxiliar na Universidade da Califórnia, mas, pela acção do governador Ronald Reagan, sendo Presidente Nixon e estando Edgar Hoover na chefia do FBI, foi fácil levar o Conselho de Reitores a demiti-la por estar filiada no Partido Comunista.

Panteras Negras

Ao contrário do que se pensa, Ângela Davis não foi fundadora dos Panteras Negras, em 1966, dado que, nessa data estava a estudar na Europa. Somente em 1968, quando se tornou militante do Partido Comunista, é que se tornou militante dos Panteras Negras (BPP), onde era encarregada da educação política. Quando foi presa, os BPP tiveram um papel importante na luta para a sua libertação.

A Organização Panteras Negras tinha um programa de dez pontos, que nada tinha a ver com terrorismo, mas com justiça e direitos para os negros: “Queremos liberdade, pleno emprego, impedir que o capitalismo continue a roubar as comunidades negras oprimidas, habitações condignas, ensino decente que esclareça a verdadeira história dos negros e o seu papel na sociedade actual, cuidados de saúde aos pobres inteiramente gratuitos para todas as pessoas negras e oprimidas, fim da brutalidade policial e de homicídios de negros e de outras pessoas não-brancas dos Estados Unidos, fim das guerras de agressão, liberdade para todos os negros e oprimidos injustamente detidos em prisões federais estaduais, regionais, municipais e militares dos Estados Unidos, julgamentos por um júri de pares, justiça, paz e controlo da tecnologia moderna”.

Este programa recapitula as preocupações abolicionistas do século XIX e continua a fazer eco das preocupações abolicionistas no sec. XXI, mas foi considerado subversivo e muitos dos líderes dos BPP foram presos durante déca-

das. Uma dessas activistas, Assata Shahnk, fugiu da prisão em 1980 refugiando-se em Cuba, e ainda aí se encontra, incluída na Lista dos Terroristas mais Procurados, temendo-se que uma organização de mercenários – Blackwater – a possa raptar para ganhar o prémio de dois milhões de dólares atribuída à sua pessoa, viva ou morta. Trabalha em Cuba, por ser escritora e artista e o seu crime foi por suspeita de ter matado um polícia, o que não se conseguiu provar.

Não consta que o FBI tenha catalogado no grupo de terroristas mais procurados elementos do Ku Klux Klan ou os vigilantes de bairros que substituíram estes que vêm liquidado inócentes somente pela cor da sua pele.

Mandela, Nkruma, Cabral e outros

Mandela foi declarado e preso, durante 27 anos, como terrorista pelo regime execrável do Apartheid; veio a ser presidente da África do Sul, e outros líderes africanos – Nkruma, Cabral, Samora, Agostinho Neto, Kenniata e muitos outros patriotas, para só citar alguns africanos, que lutavam pela libertação das suas pátrias – foram considerados terroristas e alguns vieram a ser governantes nos seus países libertados da exploração dos que faziam tais classificações. E Mandela até ganhou o Prémio Nobel da Paz!..

Outros líderes africanos, segundo investigação da historiadora Karine Ramondy, publicada em livro, “Leaders assassins in Afrique centrale, 1958-1961”, Ed. L’Harmattan, 2020, foram pura e simplesmente eliminados fisicamente pela polícia ou exército das potências colonizadoras, sobretudo da França, entre 1950 e 1960, sob a batuta de Jacques Foccart, para bloquear toda a tentativa de emancipação “rápida”: Ruben Um Nyobè, Camaronês, metido num bloco de betão, Moumié, também dos Camarões, envenenado com talium na Suíça pela polícia francesa, Boganda, vítima de acidente de avião, suspeitando-se que o acidente foi por bomba a bordo, Sylvanus Olympio, morto pelo seu sucessor, Lumumba, executado por um soldado belga, com conhecimento dos americanos, depois de preso e enviado a Katanga de Tshombé, torturado e dissolvido o cadáver em ácido sulfúrico. Os assassinos eram conhecidos e nada se fez para os punir e os governantes dos

seus países, esses lacaios idiotas escolhidos pelo ex-colonizador francês, nem protestaram.

Lincoln e o fim da escravatura

No meu artigo sobre Lincoln fica-se com a ideia de que foi um único homem, Lincoln, o herói do fim da escravatura. Sem retirar o mérito que teve de sempre ter defendido a abolição da escravatura, nada teria conseguido se não houvesse mais pessoas a apoiá-lo e os negros em massa do seu lado. Sabe-se que um dos activistas e conselheiros de Lincoln - Frederick Thomass - jornalista negro, conhecido como o sábio ou leão de Anacostia, convenceu-o a aceitar a integração de negros no exército, o que foi fundamental para a vitória da União sobre os Confederados do Sul, como soldados, marinheiros e serviço braçal, portanto, um grande reforço para o exército; a fuga do Sul para o Norte desestabilizou toda a organização da exploração agrícola do Sul, uma economia baseada na exploração do trabalho escravo gratuito; foi como se tivesse havido uma greve geral.

Sabemos, por exemplo, que toda a legislação aprovada – a Lei dos Direitos Civis, a Lei do Direito de Voto – não foi dádiva de nenhum presidente. Aconteceu porque as pessoas se manifestaram, se organizaram, tiveram a solidariedade de outros e de instituições com as causas que defendiam. Temos outros exemplos elucidativos: a luta do ANC da África do Sul, o boicote e sanções ao país por outros países que não aprovavam a política do Apartheid, o exemplo da luta de libertação das antigas colónias portuguesas, inglesas e francesas, etc. Havia um importante lobby a favor do Apartheid da África do Sul que permitiu a existência do sistema durante bastante tempo. Todavia, é bom saber que o lobby sionista é de longe superior ao que teve o regime da África do Sul e até consegue infiltrar-se nas igrejas negras evangélicas americanas, a ponto de influenciar figuras negras de peso que vemos ao lado do presidente Trump. O Movimento BDS (Boicote, Desinvestimento e Sanções), apoiado por outros movimentos como o Middle East Studies Association (MESA) são importantes para minimizar e desmascarar esses lobbys.

Época da “Reconstrução Radical”

Já perto do fim da Guerra de Secessão americana, o General da União, Sherman, prometeu aos escravos libertados 16 hectares de terra e uma mula por família para poderem ter uma base de apoio para o desenvolvimento dos seus trabalhos agrícolas e outros. Infelizmente, o sucessor de Lincoln na Presidência, Andrew Johnson, anulou essa oferta, o que deixou as famílias desarmadas e à mercê dos antigos patrões no Sul, dado que não tinham meios para se instalarem, ao contrário dos primeiros imigrantes europeus no passado que tiveram terras, dinheiro e instrumentos para se instalarem e desenvolverem actividades. Foi a época chamada da Reconstrução Radical, com leis favoráveis aos negros e de esperança, mas que foi derrubada em 1877. De resto, o exército da União regressou ao Norte e o Sul pode recuperar muito poder, sem infringir as leis da Constituição e as posteriores.

A reintegração dos Estados do Sul na União foi difícil nessa fase de Reconstrução para os negros, visto os sulistas negarem conceder-lhes cidadania, isto é, igualdade cívica, política e económica. Teoricamente os ex-escravos eram livres, mas sem poder nem meios para poderem afirmar-se e fazer-se respeitar. Os sulistas usavam todas as artimanhas para não os deixar votar, exigindo literacia e pagamento de uma taxa com efeito retro activo a partir dos 21 anos de idade; não podiam fazer parte de júris no tribunal nem frequentar locais reservados a brancos, como hotéis, restaurantes, igrejas, teatros, cinemas, etc. Algumas emendas da Constituição foram bloqueadas legalmente por deliberação do Supremo Tribunal, que exigia que ¾ dos Estados as aprovassem. Foi, também, depois da retirada do exército do Norte que se criou a Klu Klux Klan. Entre 1882 e 1968 ocorreram 4743 linchamentos, 3446 dos quais de negros, segundo as investigações da Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor (NAACP na sigla original). A KKK só foi ilegalizada em 1956.

* (Pediatria e sócio honorário da Adec)

O assassinio de Willy Monteiro Duarte em Colleferro, Itália.

O assassinio de Willy Monteiro Duarte, de origem cabo-verdiana e de cidadania italiana, em Colleferro, perto da Roma, na noite entre 5 e 6 de Setembro, entristeceu profundamente a comunidade cabo-verdiana em Itália, bem como o povo de Cabo Verde, em pátria e em toda a diáspora. Chocou a opinião pública italiana, gerando uma forte mobilização a nível local e nacional, até as instituições mais altas. Fez chorar os pares de todas as nacionalidades, que se identificaram em Willy para a violência atroz sofrida, que causou sua morte. O perfil biográfico de Willy, que hoje circula nas redes sociais e nos meios de comunicação, representa plenamente o de um 'cabo-verdiano da Itália': um jovem trabalhador, sério, ligado à sua família e às suas origens, amado e apreciado pelo povo da aldeia de Paliano, onde vivia com os seus familiares, e que perseguia com teimosia e convicção um projeto definido de afirmação pessoal e de resgate da comunidade de origem. A morte de Willy é uma grande perda para a sociedade italiana e ca-

bo-verdiana. A violência em nossas sociedades hoje tem muitas faces; a que matou Willy nos faz vislumbrar a intenção de aniquilar aqueles que são percebidos como diferentes, não só pela cor da pele ou as origens, mas também como portadores de valores e princípios de uma convivência saudável e de uma integração pacífica. É por isso que a perda de Willy deve levar-nos todos a se engajar mais em nossas sociedades na proteção dos muitos Willys que com seu compromisso diário se esforçam para construir uma sociedade melhor para si e para os outros. Deixados sozinhos, de facto, permanecem expostos à brutalidade e ignorância daqueles que usam o ódio, a violência e o culto exasperado do corpo para se imporem aos outros sem restrições e sem limites. Willy tinha intervindo para ajudar a trazer a paz a um desacordo em que estava implicado um conhecido dele que tinha sido um companheiro de escola. Aqueles que o mataram também foram estudantes nas mesmas escolas frequentadas por Willy. Este triste evento mostra que a comu-



Willy Monteiro

nidade e a escola são incapazes de prevenir a violência e a agressão, em face das quais o sorriso de Willy não foi capaz de agir como uma barreira. Diante desse sorriso, que immortaliza o impulso positivo e pacífico de um rapaz de 21 anos, todos devemos questionar sobre as causas das patologias das sociedades em que vi-

vemos, as razões para tanta violência, e redobrar os nossos esforços na luta contra a cultura da opressão do outro, que muitas vezes, nos países da imigração, se junta com o racismo. Também para evitar a instrumentalização política do assassinio de Willy ou para reduzi-lo a um mero episódio de crime.



Clara Silva*

Comportamento alimentar dos cabo-verdianos durante a pandemia da Covid-19

Estudo aponta alterações na frequência de consumo de diferentes alimentos

A Universidade de Évora, a Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril e a Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação da Universidade do Porto, todas instituições portuguesas, realizaram um estudo sobre as alterações no comportamento alimentar durante a pandemia da Covid-19, o qual envolveu parceiros de 23 países, tendo-se conseguido, até ao momento, dados de 17 países.

Cabo Verde foi um dos países participantes desse estudo que observou alterações na frequência do consumo de diferentes grupos de alimentos. Produtos como carnes vermelhas

e pescado, ou mesmo frutos secos, alimentos processados e bebidas alcoólicas apresentaram diminuição face à situação anterior à pandemia.

À semelhança do que se observou noutros países, nomeadamente europeus e americanos, o consumo de bolos e bolachas aparece referido como tendo aumentado, mas, curiosamente, o consumo de chocolate diminuiu, aponta ainda esse estudo.

A necessidade de alguma redefinição dos hábitos alimentares dos Cabo-Verdianos é também ilustrada por uma percentagem considerável dos respondentes, que referem aumentos

no consumo de hortícolas e fruta fresca, o que pode ser uma oportunidade em termos de mudanças para hábitos alimentares mais saudáveis no futuro.

É curioso observar que, ao contrário de grande parte dos países da Europa, a população de Cabo-Verde não percepciona grandes alterações nas motivações para as escolhas alimentares. Motivações como busca de prazer e conforto, que em muitos países é reportada como sendo mais intensa nesta fase, não parece ter aumentado nesta população, situação similar à ocorrida noutros países de África, como São Tomé e Príncipe e Ango-

la, provavelmente resultantes de contextos sócio culturais, ambientais e situacionais distintos.

Os investigadores indicam que "os resultados dos diferentes países estão, neste momento, a ser tratados de forma integrada, estando prevista a apresentação dos mesmos no congresso internacional Eurosense, em Dezembro do presente ano, assim como a publicação dos resultados detalhados em revistas científicas da especialidade.

*Membro da equipa de investigadores que está a realizar o estudo



Vlademir Silva*



Alex Semedo

Saúdzando

Milhentas vezes, noutras paragens desta nossa Aldeia Global, já se disse e se redisse, que a prioridade na luta contra o novo Coronavírus deve ser a antecipação e a prevenção. Pena é que, nestas Ilhas Plantadas no Meio do Atântico, tem-se teimado e agido em reacção e... não com antecipadas e curiais acções.

Às portas dos 180 dias condicionados por mor de COVID-19. Reacção manda na acção

1 - Lições inaprendidas

Dói.

No fundo da alma.

Mas...é a pura verdade.

Quase 180 dias passados – desde aquele aziago dia 19 de Março de 2020! –, que, nós, os cabo-verdianos, vivemos condicionados, agrilhoados e sob as ordens, caprichos e batuta deste desconhecido, oportunista, invisível, “prindante”, desapiedado – mas... “democrata” também, pois, não escolhe a quem atacar! -, entre outros mimos e mais que tais adjectivos de que é “baptizado” o novo Coronavírus, eis que, infelizmente, ainda, não aprendemos nem apreendemos a lição.

Não “aprendemos”, sim...governantes e governados!

Milhentas vezes, noutras paragens desta nossa Aldeia Global já se disse se redisse, que a prioridade na luta contra o novo Coronavírus deve ser a antecipação e a prevenção. Pena é que, nestas Ilhas Plantadas no Meio do Atântico, tem-se teimado e agido em reacção e... não com antecipadas e curiais acções.

Por ora, desconhecemos as verdadeiras razões.

Se não, teimosia.

Aliás, é basta ouvir, ver, ler e reler os discursos, orações e prédicas dos mais que muitos dirigentes, para chegarmos a essas teimosas conclusões.

“Estamos a perseguir o vírus!” – esta frase já virou (quase) enfadonha, se não, lugar-comum.

Qual perseguir...qual quê!!!

A antecipação e a prevenção devem ser o melhor caminho.

A saída.

Até os “treinadores de bancada” – de quaisquer modalidades! -, apregoam, esbracejam e atiram nos recintos desportivos: “Ataca!!! Ataca!!! Atacaaaaa!!!!”.

E têm uma carrada de razão: “a melhor defesa é o ataque”.

E nessas coisas de luta contra COVID-19, a estratégia e a táctica, também, não deviam – nem devem, já se entendeu isso, de há muito, noutras paragens! – ser diferentes.

Ainda vamos a tempo.

Sem botar a toalha ao chão – isso jamais! -, deve-se “esquecer” de “perseguir” o tal maldito e invisível vírus e... antecipá-lo, apostando todas as cartas na prevenção.

Em assim agindo – todos nós, governantes e governados, sejam eles: ricos, pobres, remediados e deserdados des-

ta sorte madrasta! -, certeza-certa que COVID-19 será dobrada e...vencida mesmo!!!

Vamos à obra!!!

2 - Triste marco

Para o bem.

E para o mal.

O 19 de Março, Dia do Pai, deste ano de 2020, foi “atípico”.

Como já virou moda e “bonito” dizer-se.

Foi logo a 19 de Março – uma quinta-feira! -, que todo o Arquipélago – e o Mundo também! –, foram notificados do primeiro caso de COVID-19.

O paciente? Um turista inglês, de 62 anos, que estava na Ilha da Boa Vista.

Tinha chegado ao País, dez dias antes.

“Infelizmente, recebemos hoje, pelas 22H30 (locais), o resultado do primeiro caso positivo do teste de COVID-19”, lia-se num Comunicado, “canetiado” pelo ministro da Saúde e da Segurança Social, Arlindo do Rosário, divulgado já na madrugada de 20 de Março - uma sexta-feira!

Do Rosário garantia que “o paciente encontra-se, à hora deste Comunicado, clinicamente estável e a receber todos os cuidados necessários, para evitar novos contágios e promover a sua total recuperação”.

Que, infelizmente, não aconteceu.

Nessa data, já haviam outros cinco casos suspeitos, designadamente, nas ilhas de Santiago, Sal e Santo Antão, que “deram resultado negativo”.

No lote de medidas tomadas, a partir de então, pelo Executivo do Palácio da Várzea da Companhia, figuravam, entre várias outras, a proibição, a partir de 19 de Março e, pelo menos, até 9 de Abril, ligações aéreas provenientes de 26 países, incluindo Portugal e Brasil.

Depois disso, é o que se sabe: declaração do primeiro Estado de Emergência em Cabo Verde – nos seus (na altura, quase 45 anos de Independência) -, seguidas de Situação de Calamidade, de permeio com outras medidas de “mitigação” da Pandemia Global.

Que ainda vigoram – Situação de Calamidade! –, nas ilhas de Santiago, Fogo e Sal.

De 19 de Março até quarta-feira, 16 de Setembro, Cabo Verde encaixa 499 casos activos; quatro mil 430 casos recuperados; 47 mortes; e dois transferidos; somando um total de quatro mil

978 casos positivos acumulados.

Face a este panorama, todos nós – mas todos mesmo! -, temos de encontrar a melhor forma, engenho e artimanha de brear COVID-19.

E uma delas, como já se disse, anteriormente, é jogar forte na antecipação e na prevenção.

Que, aliás, estão ao nosso alcance.

E não custam muito cifrão.

3 - Activos, sim; acumulados, não!

A tese é do director Nacional da Saúde, Artur Correia.

Satisfaz-lhe que se reportam “a casos activos” e, talvez, a “recuperados”, mas, jamais

a “acumulados”.

Principalmente, dos “acumulados”, que “são coisas do passado”.

E sustenta: “Eu falo sempre dos activos, que temos de gerir. Os outros já tiveram alta, já deixaram de estar doentes e deixaram de transmitir. Temos 500 a 600 doentes que temos de gerir e evitar que transmitam a outras pessoas. Os acumulados fazem parte do passado, não fazem parte do presente”, remarcando que “os acumulados não servem para controlar a Epidemia”.

Na receita de Correia, a abordagem deve ser feita pelo “número de pacientes activos e dos que já tiveram alta”, em ordem a se poder ficar mais cientes.

“O resto é alarmar as pessoas, desnecessariamente”, salienta.

Opinião é opinião e, na mais das vezes, as discussões destroem luzes.

De todo o modo, fica o registo.

Para quem quer pegar no fio do pavio.

E não se queimar.

4 - Factor crítico...

Comportamentos seguros devem sobrepôr aos de risco.

E inadequados.

Traduzido por miúdos: que perigam a Saúde Pública. Principalmente, nestes tempos covidicos.

E Cabo Verde não foge à regra.

“O factor crítico é o comportamento da população. Não havendo um comportamento populacional à altura, jamais vai descer. Por mais que as autoridades corram atrás, aumentam o diagnóstico, se não houver comportamentos adequados por parte da população, e toda a gente já sabe o que é que deve fazer, a diminuição não acontecerá”, reite-

rou o director Nacional da Saúde (DNS), segunda-feira, 14, no já tradicional Encontro com a Imprensa, na Cidade da Praia.

Correia, sem papas na língua, não esconde “a faca ao ‘bodeco”.

“A tendência é para o País ter, cada vez mais, maior desconfinamento, entendendo que a redução das restrições deve ser emparelhada com bons comportamentos das pessoas, como evitar contactos próximos e aglomerações de pessoas e usar máscaras”, destaca.

Na avaliação do DNS, caso a população respeitar essas directivas das autoridade, de “certeza absoluta, que os números vão baixar”.

Os pacientes em quarentena ou em isolamento domiciliário, também, estão nas preocupações do DNS.

Correia pede-lhes o escrupuloso cumprimento de todas “as recomendações das autoridades sanitárias”.

De contrário – avisa! -, medidas serão tomadas.

E algumas não são moles, não!

Portanto, fica o aviso à navegação.

Aliás, aos eventuais prevaricadores.

5 - Travagem...

Israel não está para brincadeiras.

Se a moda pega...

Para brear COVID-19, o Governo de Benjamim Netanyahu já decretou “um confinamento total, de três semanas”.

Para driblar a segunda vaga do novo Coronavírus, que, infelizmente, na semana finda, alcançou os patamares mais elevados da mortalidade nesta nossa Aldeia Global.

A medida estipula, entre outras, que não se pode ir, além dos 500 metros do domicílio; as aglomerações devem ser de, no máximo, dez almas; e as lojas “não-essenciais” devem ser fechadas.

O “confinamento total” vai até de 9 Outubro.

O curioso nisto tudo, é que, a 9 de Outubro, celebram-se, coincidentemente, três festas religiosas muito importantes para o Judaísmo, a saber: O “Rosh Hashaná” (Ano Novo), “Yom Kipur” (Dia do Perdão) e o “Sucot” (os Tabernáculos).

Tomara que os deuses e as divindades nos acudam.

Sejam Eles dos Judeus, Cristãos, Muçulmanos e os outros...em que cada um acredita.

A nível planetário.

Pelos séculos dos séculos...



Tanta água... Tão poucas barragens!

A ideia de que em Cabo Verde não chove foi estes dias levada com a fúria das águas barrentas para o mar. Na Praia Capital, o que no princípio parecia apenas uma boa chuvada, logo se transformou em pesadelo e tragédia. Depois de anos a maldizer as barragens, mais duas ou três delas, bem que ajudariam a acalmar a fúria das águas do passado fim de semana. Por pouco cumpria-se a sina, “se ka ten tchuba morrê di sede, se txuba ben morrê fogadu...”



Barragens com água

Somado à covid-19, o estrago das chuvas e a enchente nas barragens, tudo isso vem mexer com a ideia de que as favas estavam contadas para o dia 25 de Outubro. A afronta é tanta, que a chatice de Alex Saab passou para o segundo plano. Nos QG's dos dois principais partidos políticos as contas e os planos de ataque estão a ser refeitos. A “mãozinha” de 250 mil contos do Governo para a CMP retocar o “make up” de Óscar visa precisamente isso. “Fronta e ka so lumi ku agul...” As outras ilhas, igualmente afectadas pelas cheias e enxurradas, perguntam quantos mil contos vão receber. Também elas são Cabo Verde e também elas vão a votos no dia 25 de Outubro.

Ambiente

Pior que os milhões de metros cúbicos de água escoados no mar foi a lixarada de todos os tipos a correr ribeiras abaixo. Desde carcaças de carros a contentores, passando por entulhos de obras, plásticos, vegetação, condutas e bueiros entupidos, em suma, a enorme indisciplina ambiental que grassa por esta terra tão frágil, tratada de forma tão desumana. A solução, pelos vistos, também está em cada cidadão que, no dia a dia, pouco cuida do seu ambiente.

Dubai, Duben

Apesar de inúmeros danos causados pelas últimas chuvas no país, graças a Deus, o cabo-verdiano não perdeu o bom humor e o “jeito crioulo” de lidar com as coisas menos boas da vida. O campo de terra ao lado do Palácio do Governo se transformou numa lagoa, mas não uma lagoa qualquer. Se no Dubai temos as ilhas artificiais, na Praia temos o lago de Duben. Vendo bem, talvez não fosse má ideia ter um lago artificial a dar outra pinta à nossa Capital. O lindo cartão postal que não serial!



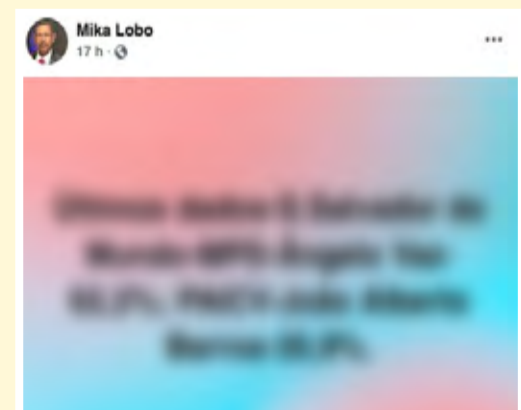
Jus ao nome...uma vez mais

Já é um “déjà vu” e um clássico após as chuvas. Poder-se-ia dizer igualmente que é um dado há muito adquirido. ZIG fala de Banca Furada, a barragem que mete água, mas não retém o precioso liquido. Ano vai, ano vem, Banca Furada continua fazendo jus ao nome. Num ano atípico, como o que vivemos – onde poucas coisas fazem sentido – aguardava-se com alguma expectativa que esta barragem seguisse a mesma tendência (não fazendo sentido). Enquanto isso, em São Vicente, com um orçamento mais reduzido, por ser doméstico, um agricultor destaca-se com o seu projecto de lagos artificiais.



Sondagens

Com as eleições marcadas, ZIG pergunta à ARC e à CNE se a lei e as regras para a divulgação de estudos de opinião continuam válidas ou não. Há quem esteja a fazer isso descaradamente nas redes sociais, sem ficha técnica, sem depósito legal, divulgando cirurgicamente apenas os dados que interessam divulgar. Cabo Verde ainda é um Estado de Direito Democrático?





Tradição e modernidade para um serviço de excelência
Tradition and modernity for an excellent service

Serviços

- Limpeza e higiene
- Limpeza e recuperação de pavimentos
- Segurança privada
- Serviços de segurança em resorts
- Limpeza de fachada
- Limpeza e conservação de monumentos
- Desengorduramento de restaurantes
- Limpeza de cadeiras, sofás, carpetes, carros e estofos

Services

- Cleaning and hygiene
- Floor cleaning and restoration
- Private security
- Security services in resorts
- Façade cleaning
- Monument cleaning and maintenance
- Restaurant degreasing
- Chair, sofa, carpet, car and upholstery cleaning

Há mais de 20 anos no mercado, Setelima presta serviços de limpeza e de segurança privada. Actualmente, conta com mais de 300 funcionários nas ilhas de Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava e Fogo. Na Boa Vista, presta serviços no aeroporto internacional Aristides Pereira e serviços de segurança em resorts.

For more than 20 years in the market, Setelima provides cleaning and private security services. Currently, it has more than 300 employees on the islands of Santiago, São Vicente, Sal, Santo Antão, Brava and Fogo. In Boa Vista, it provides services at the international airport Aristides Pereira and security services in resorts.

Etc.

**Fantcha prepara
regresso**



Depois de tournée cancelada por causa da pandemia

Fantcha prepara novos singles

MÚSICA

Lançou o seu último disco em 2016. Durante a pandemia, tem aproveitado o tempo para fazer novas composições, mas, para já, não há novo CD à vista. Fantcha vai, por enquanto, dividir a inspiração entre singles e um livro, que contará a sua história enquanto mulher e artista.

Natalina Andrade



Fantcha se preparava para sair em tournée quando a pandemia da covid-19 parou o mundo. Entre Maio e Julho, a artista cabo-verdiana passaria por vários Estados da América, mas também por Portugal e em, pelo menos, duas ilhas de Cabo Verde.

Confinada em casa durante cerca de três meses, aproveitou o tempo para pensar num livro sobre sua trajetória enquanto mulher e artista. Uma obra que “espera poder lançar um dia”.

No que toca a música, a artista diz que, por agora, não está a pensar em lançar novo disco. Entretanto, aproveitou a quarentena para colocar no papel algumas composições que devem ser lançadas em títulos individuais.

“Durante esse tempo tentei fazer alguma coisa produtiva e manter o foco no que diz respeito à música. Infelizmente, esta pandemia acabou por nos paralisar a todos, e nos deixou sem formas de fazer nada. Tive que cancelar tudo, incluindo um dueto que já estava agendado, em parceria com Tito Paris”, explica.

Cantora representa Cabo Verde em projecto de artista americano

Se a pandemia cancelou alguns projectos, outras portas se abriram para a artista. “No meio disso tudo, posso dizer que estou muito honrada em ser convidada por um grande artista americano do Rock N’Roll – Graham Gates – para integrar um grande projecto a nível mundial”, regozija-se.

Trata-se da gravação de uma música na qual vai participar um artista de cada país do mundo. “Eu fui a escolhida para representar o meu país e a minha cultura. E o que me deixa mais feliz é que ele me pediu para gravar duas versões, uma

em inglês e outra em crioulo de Cabo Verde”, sublinha, esperando que a versão em crioulo seja a escolhida.

Morna, coladeira e quem sabe um dia Sanjon

Natural de São Vicente, Francelina Durão Almeida, ou Fantcha, iniciou sua carreira na música nas noites de Mindelo, ao lado de Cesária Évora, o que aliás lhe rendeu o título de “mulher da noite”, como já assinalou em entrevistas anteriores. O seu último disco, “Nos caminhada”, carrega o nome da música na qual homenageia a amiga e colega de palco na década de 1980.

Desde então a viver nos EUA, a artista já fez tournées por todo o território norte-americano, mas também na Europa. Uma das suas músicas, intitulada “Sol já cambá”, fez parte da trilha sonora da série americana “The L Word”, no ar entre 2004 e 2009, sobre a vida de um grupo de amigas lésbicas e bissexuais, que viviam em Los Angeles.

Entre os grandes marcos da sua carreira, Fantcha já destacou um concerto no Hollywood Bowl, para quase 20 mil pessoas. Foi a primeira artista cabo-verdiana a pisar aquele palco, seguida de Cesária Évora.

Com uma carreira marcada pelos ritmos da morna e da coladeira, Fantcha não descartou um dia se aventurar nos ritmos quentes do Sanjon. O seu primeiro disco, “Boa viagem”, data de 1988 e foi seguido de “Criolinha” (1998), “Viva Mindelo” (2001), “Amor, Mar e Música” (2009) e “Nôs Caminhada” (2016).

Tendo em conta a pandemia e o período difícil pela a qual atravessa a classe artística, Fantcha deixa uma mensagem de positividade e incentivo. “Acreditar que dias melhores virão”.



Cabo Verde continua a registar muitos casos da covid-19

Com o desconfinamento cada vez mais latente, Cabo Verde continua a registar vários casos semanais da covid-19. Aliás, o próprio Director nacional da Saúde, reconheceu na segunda-feira, 14, durante o balanço semanal da propagação da doença no país que ainda não estamos perante um cenário de diminuição. “Ainda não chegamos lá.

Mas estou esperançoso que vamos chegar”, disse, alertando, mais uma vez que essa diminuição necessária não depende, contudo, só da sua “esperança”, mas do engajamento de todos.

Especialmente da população, que deve reforçar o uso de máscaras, distanciamento social e a higienização constante das mãos. Estas continuam a ser as “armas” mais eficazes para se combater a propagação da doença.

“Não havendo comportamento populacional à altura, jamais esses números vão descer, por mais que as autoridades façam, corram atrás ou realizem diagnósticos”, afirma Artur Correia.

Conforme dados avançados na conferência de imprensa, por esse responsável, nas últimas quatro semanas epidemiológicas o número de casos no país rondou os 378, 462, 491 e 181 casos. Sendo que, só no último Domingo, 13, Cabo Verde bateu todos os recordes de casos diários registados até agora, desde o início da pandemia, ao terem sido diagnosticados mais 102 casos positivos de infecção pela covid-19, num só dia.

Lista de países com mais casos por 100 habitantes

Com estes números, Cabo Verde mantém-se na lista dos principais países com mais ca-

Cabo Verde continua a registar muitos casos da covid-19. Até ao fecho desta edição o país contabilizava 562 casos activos, 4294 recuperados 46 óbitos (a maioria na Praia) dois transferidos e um total de 4.904 casos positivos acumulados de Covid-19. A prevenção, dizem as autoridades sanitárias, continua a ser a melhor arma para combater o contágio.

Gisela Coelho



sos por cada 100 mil habitantes. Aliás, segundo dados a que o A NAÇÃO teve acesso, em termos globais, Cabo Verde só era ultrapassado no passado dia 13 de Setembro pelo Brasil, em termos de países com mais casos por cada 100 mil habitantes. Factor que não abona no levantamento das restrições de viagens no continente europeu, com quem o arquipélago mantém apenas um corredor aéreo com Portugal, para voos essenciais, por motivos de doença, negócios, estudos, profissionais, oficiais e familiares. Viagens sujeitas a testes PCR nos dois sentidos.

De notar também que, conforme havia sido avançado inicialmente pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, Luís Filipe Tavares, a SATA entrou no corredor aéreo

das ligações entre a Praia e o exterior. O primeiro voo operado por essa companhia açoriana, depois de seis meses de voos suspensos, chegou à capital do país na passada sexta-feira, 11, com muitos emigrantes a bordo, de um voo proveniente de Boston, que fez escala em Ponta Delgada (Açores). Portanto, Portugal e Estados Unidos da América são para já os dois destinos com quem Cabo Verde mantém ligações.

Estando assim, ainda por saber a possibilidade de eventuais retomas com outros países estrangeiros, sendo certo que a pandemia esta a evoluir novamente em países como Portugal ou França.

Até ao fecho desta edição o país contabilizava 562 casos activos, 4294 recuperados

46 óbitos (a maioria na Praia) dois transferidos e um total de 4.904 casos positivos acumulados de Covid-19. Praia continua a ser o município mais afectado com um total de 2877 casos acumulados da covid-19, seguida do Sal com 652 casos e Santa Cruz com 307. De notar que a Ribeira grande tem vindo a registar casos sistemáticos nos últimos dias, tendo registado na terça-feira passada, 15, um total de 19 casos de uma só vez. Brava e Paul são os únicos municípios sem casos registados da covid-19.

Entretanto, por prevenção e tendo em conta a mobilidade resultante das viagens inter-ilhas, a Delegacia de Saúde da Brava já tem em curso um plano de aplicação de testes para o despiste da covid-19 em algumas localidades da ilha ten-

do já sido realizados testes a 63 pessoas na Furna.

Em declarações à Inforpress, este terça-feira, 15, Paloma Fernandes, médica responsável pela equipa que está a realizar os testes, garantiu que os 63 testes aplicados resultaram negativo para a covid-19, o que para a equipa é sempre uma “vitória”.

Segunda a mesma fonte, o plano é fazer um rastreio na ilha e além da localidade de Furna, estão agendadas visitas à freguesia de Nossa Senhora do Monte e mesmo na Vila de Nova Sintra, uma vez são estes os centros que aglomeram um maior número de pessoas.

Testes PCR no Fogo

De notar ainda que na ilha do Fogo já estão a ser realizados testes PCR, desde esta terça-feira, 15, mais precisamente no laboratório do hospital regional São Francisco. Segundo avança a Inforpress, nesse dia foram testadas as quatro primeiras amostras, uma das quais acusou positivo.

“Hoje é um dia importante e um marco para a Região Sanitária e as estruturas tendo em conta a melhoria na capacidade de respostas, especificamente a capacidade de realização local de testes PCR”, afirmou o director do hospital regional São Francisco Assis, Evandro Monteiro.

Monteiro defende que a realização destes testes na ilha é “grande passo em termos técnicos”, e que permitirá ter respostas mais atempadas, o que irá influenciar também numa maior eficiência na capacidade de acção em relação aos casos da ilha.

SOCIEDADE

Arranque do ano lectivo na Praia

Distanciamento social é um dos maiores desafios

A aplicação das medidas sanitárias para mitigar o contágio do vírus que provoca a doença da Covid-19, no meio escolar, segundo o Ministério da Educação, vai depender da evolução epidemiológica nos diversos municípios.

A partir de 1 de Outubro, o Concelho da Praia, o mais afetado por esta pandemia, vai movimentar milhares de professores, nas idas e vindas das escolas e, por isso, prevê-se a adoção de medidas mais rigorosas para evitar a propagação desse vírus.

Contudo, a Delegação do Ministério da Educação da Praia garante que já estão a ultimar os preparativos para que os alunos possam regressar às aulas com a máxima segurança possível.

“Neste momento, estamos a organizar os horários das aulas e a divisão de turmas para que possamos cumprir com o distanciamento social e respeitar todas as regras. Tudo isso, para que possamos receber os alunos com a máxima segurança possível” disse ao A NAÇÃO, o delegado Adriano Moreno, salientando que o ano letivo vem sendo preparado desde o dia 24 de Agosto, com o arranque do ano escolar e formações para os professores.

Este responsável assegura, ainda, que a maioria das escolas já estão em condições de receber os alunos, quer em termos de reestruturação para a nova conjuntura, quer a nível das infraestruturas e requalificação.

“Tendo em conta que vamos dividir as turmas em dias alternados, não foi necessário construir mais espaços, pois o que temos de momento é suficiente para respeitar o distanciamento social e estamos seguros de que vai funcionar”, realça.

Em termos de requalificação, o Delegado diz que foram feitas intervenções em algumas escolas, nomeadamente, nas duas escolas de Achada Eugénio Lima, na escola Capelinha na Fazenda, e na escola da Várzea com obras



Os preparativos para o arranque do novo ano lectivo na Praia, condicionados pela pandemia da Covid-19, “já estão a ser ultimados”, garante o delegado do Ministério da Educação no concelho. Adriano Moreno considera que os maiores desafios prendem-se com o cumprimento das medidas de distanciamento social e o ensino à distância.

Romice Monteiro



Adriano Moreno

de substituição dos pisos, pintura das paredes, reparação das fendas entre outras reparações. Contudo falta remodelar a escola de Achada Mato que “infelizmente não vai estar totalmente pronto até o dia 1 de Outubro”.

Maiores desafios

Para Adriano Moreno, o arranque deste ano lectivo na capital do país terá como um dos maiores desafios o cumprimento das medidas de distanciamento social.

“Este será um dos maiores desafios mas creio que temos ainda todo o mês de Outubro para adaptar-nos. Vamos sensibilizar os alunos, os pais e encarregados

de educação e toda a comunidade académica a dar os seus contributos, pois não adianta cumprir com as medidas na escola e não o fazer fora dela”, realça.

De entre outros desafios, este responsável aponta a adaptação aos novos horários uma vez que os alunos não vão para a escola todos os dias e terão de contar com o auxílio do ensino à distância.

“Creio que com as apostas do Ministério da Educação vamos superar as dificuldades. As tele-aulas para o novo canal da TDT criada exclusivamente para actividades educativas já estão sendo gravadas e os professores já estão a elaborar fichas de trabalho para os dias que os alunos

não vão ter aulas presenciais, de forma a complementar e cumprir com o sistema misto de ensino que teremos para fazer face à Covid-19”, esclarece.

Apelo

Adriano Moreno apela a todos os encarregados de educação no sentido de estarem do lado do Ministério da Educação, para que se possa garantir uma maior e melhor segurança para todos.

“Todo o trabalho que está sendo feito terá uma mais-valia se todos estiverem disponíveis a colaborar e, sobretudo, fazer com que as regras sejam cumpridas. Acredito que não existe nenhum lugar neste momento, mais se-

guro que a escola e nós contamos com os pais para manter esta ideia. Isto porque os professores já estão sendo preparados para fazerem com que cada aluno respeite as regras e, neste momento, só precisamos de um voto de confiança dos pais e encarregados da educação”, apela.

De realçar que a Delegação do Ministério da Educação da Praia conta com 12 agrupamentos escolares formados por 48 escolas, além de outras quatro escolas não agrupadas, totalizando 52 escolas primárias e secundárias espalhadas pela capital. No novo ano lectivo que arranca no dia 1 de Outubro, o Concelho da Praia contará com 30 mil alunos e 1600 professores.

Fortes chuvas registadas na Praia não afectaram “muito” as escolas

Apesar das fortes chuvas que caíram nos últimos dias na Praia terem causado estragos consideráveis um pouco por vários bairros, Adriano Moreno diz que poucas escolas do concelho foram afectadas. Diz, no entanto, que ainda há técnicos da Delegação no terreno a averiguar as condições das escolas.

O caso mais grave, registado até agora, foi a queda de um muro bem atrás da escola de Pensamento, que, segundo Adriano, “constitui um perigo”. No entanto, o mesmo diz

que já estão em concertação com a Câmara Municipal da Praia para a sua reparação o mais rápido possível.

De entre outros constrangimentos registados até à data desta reportagem, Adriano Moreno diz que no liceu Domingos Ramos houve infiltração nos tetos, mas, “nada que seja muito preocupante”.

Também a escola da Várzea “teve um pequeno problema” que segundo diz, “já está sendo reparado”.

RM



Cartas do Leitor

ESCLARECIMENTO

“Professores do Ensino Básico dizem-se injustiçados pelo Ministério da Educação”

Director dos Recursos Humanos “contesta”*

Tendo tomado o conhecimento da entrevista do Diretor dos Recursos Humanos do Ministério da Educação, na reportagem sob o título “Professores do Ensino Básico dizem-se injustiçados pelo Ministério da Educação”, publicado no jornal A NAÇÃO, Nº 678, de 27 de agosto de 2020, vimos por esta via solicitar o esclarecimento do molde em que foi feita a entrevista, pois o Diretor dos Recursos Humanos do Ministério da Educação, Marcelino Correia, contesta que

em nenhum momento foi procurado para a tal entrevista, nem pessoalmente ou por telefone, o que contraria a vossa publicação: “Ministério da Educação responde”, realçando a entrevista do Diretor conforme publicado.

Gabinete de Comunicação e Imagem do Governo, 14 de Setembro de 2020

*Título da responsabilidade da Redacção



Reconfirmação

Reconfirmo e reafirmo que falei, via telefone, com o Senhor Diretor dos Recursos Humanos do Ministério da Educação, Marcelino Correia, na tarde do dia 21 de Agosto de 2020.

A Jornalista,
Romice Monteiro



Faustino Vicente

Secretárias adotam novo figurino

Cada vez mais, o mercado de trabalho requisita profissionais multi-tarefa, ou seja, capazes de executar diferentes atividades ao mesmo tempo.

De mandona a meiga, de negra a branca, de principiante a experiente, de “extintor de incêndio” a anjo da guarda, todas as participantes do desfile de milhões de secretárias do mundo todo, conquistaram esse singular lugar nas organizações, públicas e privadas, graças a formação profissional, competências ecléticas e simpatia - triângulo do sucesso.

Durante uma palestra para cerca de trezentas secretárias fomos questionados com várias perguntas, tendo uma delas se destacou pela sua abrangência e profundidade: qual o nosso futuro profissional? Ser uma secretária virtual ou, simplesmente, uma ex-secretária? Legalmente e com todos os méritos, hoje, o termo correto é: Profissional de Secretariado.

Ratificamos o que respondemos no evento, afirmando que grande parte das responsabilidades da profissão é encontrada no Livro dos Provérbios, nas antigas civilizações gregas e egípcias, atribuições que deve-

ão perdurar ao longo dos tempos. Não visualizo a perda de importância da nova roupagem da profissão, a qual transformou-se numa destacada passarela que abre espaço para voos mais altos, dentro das organizações.

Até em filmes como “Uma Secretária de Futuro”, estrela por Melaine Griffith, que interpreta a eficiente, mas exageradamente ambiciosa secretária ou de “Loucuras de Amor” onde, a então estonteante Marilyn Monroe contracenou com o incrível Groucho Marx ou de “Amor Eletrônico” com a excepcional Katerine Hepburn, ou ainda na novela brasileira – A Indomada - com a caricata Mérilu, pode-se encontrar ingredientes especiais, sobre a receita do sucesso em tão atraente profissão.

Observando os requisitos indispensáveis de uma secretária de uma grande empresa transnacional, de um profissional liberal ou de um pequeno empreendimento, concluímos que o essencial resume-se na conduta ética, competência técnica e habilidade eclética.

Com as profundas transformações estruturais e tecnológicas provocadas pela globalização, o futuro

destas profissionais continua vinculado ao significado (do latim) original da palavra secretária – secretum – aquela que guarda segredo de outrem – conduzindo-a a uma assessoria executiva, com todas as prerrogativas do cargo. O sucesso na carreira passa, obrigatoriamente, por um curso específico de Secretariado e pela participação continuada em eventos e atividades que potencializem o seu talento e, elevem o seu desempenho.

A habilidade na operação dos modernos meios de comunicação eletrônica, com seus processadores de textos, Internet, software dos mais sofisticados, Intranet e outros dispositivos, têm contribuído com o sistema de excelência em gestão das empresas, de todos os portes e segmentos. A fusão de empresas multinacionais evidencia que o domínio do inglês tornou-se obrigatório, mas ser fluente em mais de um idioma, poderá representar a diferença, que fará a diferença, na ascensão da carreira. A busca incessante da redução de custos operacionais tem exigido que uma mesma funcionária atenda a várias Diretorias, ou setores da empresa, desempenhando uma mul-

tiplicidade de tarefas, que têm sido facilitadas graças ao cotidiano da mulher, que sempre exigiu dela a tão propalada empregabilidade, mesmo quando o termo não era usual no mercado de trabalho.

Saber aplicar os fundamentos de administração de empresa, estar em sintonia com o planejamento estratégico, primar pelo relacionamento interpessoal com os clientes/fornecedores internos e externos e, principalmente, ter habilidade para lidar com a imprevisibilidade do Chefe, são aviamentos de um figurino que, cada vez mais, ganha silhueta gerencial.

Com a lembrança de que a prioridade zero da Secretária de sucesso é saber, exatamente, o que ela nunca deve fazer, encerramos com o bordão daquela simpática comedianta da TV brasileira – “está provado que eu não sou apenas um rostinho bonito, mas que aqui tem muita cuca no lance”.

*Faustino Vicente é consultor de Empresas e de Órgãos Públicos, Advogado e Professor

e-mail: faustino.vicente@uol.com.br - Jundiá (Terra da Uva) - São Paulo - Brasil

Divulgação



As taxas aqui retratadas são praticadas nas operações entre o BCV e as instituições de crédito. As taxas praticadas por estas últimas nas operações com os seus clientes estão liberalizadas, com exceção do câmbio com o Euro que é fixo.

Taxas de Juro

Data	Tipo	Taxa (%)
01/04/2020	Absorção de liquidez	0,0500
01/04/2020	Cedência de liquidez	0,5000
01/04/2020	Redesconto	1,0000
07/07/2020	Taxa Base Anual	1,0267
01/04/2020	Taxa Directora	0,2500
01/04/2020	Operação Monetária de Financiamento a longo prazo	0,7500

Títulos do BCV - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
17/08/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
24/08/2020	Títulos de Intervenção Monetária (182 dias)	0,2500
01/09/2020	Operação Monetária de Financiamento (3 anos)	0,7500
02/09/2020	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500
04/09/2020	Títulos de Regularização Monetária (14 dias)	0,2500
10/09/2020	Títulos de Intervenção Monetária (180 dias)	0,2500

Títulos da Dívida Pública - Últimas Emissões

Data	Tipo	Taxa (%)
25/05/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0625
03/06/2020	Obrigações do Tesouro 9 anos	3,0625
08/06/2020	Obrigações do Tesouro 8 anos	3,0625
07/07/2020	Bilhetes do Tesouro a 150 dias	1,0000
11/08/2020	Obrigações do Tesouro 2 anos	2,8750
18/08/2020	Obrigações do Tesouro 3 anos	3,0000

Taxas de Câmbio de 16-09-2020

País	Moeda	Unid.	Compra	Venda
ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA	USD	1	92,621	92,823
INGLATERRA	GBP	1	119,578	119,881
CANADÁ	CAD	1	70,458	70,599
SUIÇA	CHF	100	10 233,675	10 246,451
JAPÃO	JPY	100	87,874	88,001
DINAMARCA	DKK	100	1 480,792	1 483,481
NORUEGA	NOK	100	1 029,525	1 032,215
SUÉCIA	SEK	100	1 058,404	1 061,261
ÁFRICA DO SUL	ZAR	1	5,534	5,736
CHINA	CNY	100	1 369,309	1 369,309
BRASIL	BRL	1	17,707	17,707
SENEGAL	XOF	100	16,810	16,810

Obs: Para mais informações, consulte WWW.BCV.CV

Prato cheio

Bolas de Berlim

Ingredientes

- | | |
|--------------------------|--------------------------------|
| Massa: | -Baunilha, noz-moscada, |
| -5kg de farinha | raspa de limão e canela (q.b.) |
| -150g de açúcar | - Água morna para amassar |
| -40g de fermento padeiro | (q.b.) |

*Uma xícara de açúcar para polvilhar e óleo para fritar

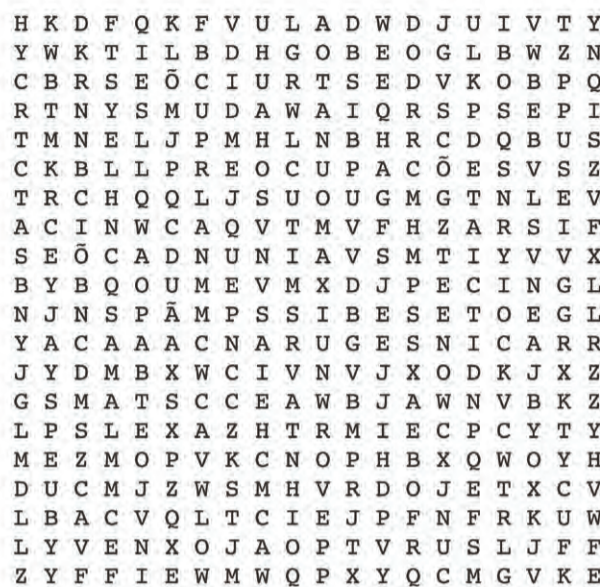
Recheio: marmelada ou goiabada

Modo de preparação

- 1 - Num recipiente, misture o açúcar e o fermento padeiro(se for fresco amassar com a mão até que fique líquido).
- 2 - Adicionar a baunilha, noz-moscada, raspa de limão e a canela a gosto.
- 3 - Juntar a farinha e envolver muito bem.
- 4 - Adicionar a água aos poucos e amassando bem com as mãos até obter uma massa firme e fofa.
- 5 - Deixar descansar por cerca de 1 hora (quanto mais descansar melhor fica).
- 6 - Depois da deixar descansar a massa, faça bolinhas conforme a sua preferência (sem exagerar no tamanho) recheando por dentro com marmelada ou goiabada
- 7- Deite ao lume brando uma frigideira com óleo para fritar as bolas e vire sempre até corar conforme a sua preferência.
- 8 - Em uma recipiente revestida com guardanapo, retire as bolas para extrair o máximo de óleo da fritura, possível.
- 9 - De seguida, passe para um outro recipiente e polvilhe as com açúcar e as suas Bolas de Berlim estão prontas!



Caça-palavras



Encontre as 10 palavras relacionadas com as chuvas deste sábado, 12 de Setembro:

SOLUÇÕES:

CHUIAS
LAMAS
TEMPESTADES
INUNDAÇÕES
DESTRUIÇÕES
DESABAMENTOS
INSEGURANÇA
PREOCUPAÇÕES
DESALOJADOS
PROTEÇÃO

Jogo das Sete Diferenças



VAMOS FAZER COMPANHIA PARA O CASÇÃO E O CHOVINISTA E ENCONTRAR AS SETE DIFERENÇAS?



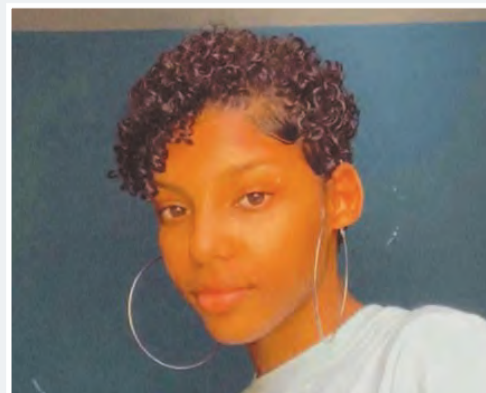
RESP: 1- NÍVEL, 2- DIREITA, 3- PONTA DO GUARDA-CHUVA, 4- VOLANTE, 5- BOCA DO CHOVINISTA, 6- PNEU, 7- BOLA DA CAMBETA DO CASÇÃO.

Talento

Desde os seus cinco anos de idade, que **Michelle Soraya** permitiu a música fazer parte da vida. Natural de São Vicente, mais concretamente, Madeiralzinho, a jovem artista de “quase 18 anos” conta ao A NAÇÃO o desenrolar da sua carreira que apesar de “brilhante” ela descreve como um hobby. A sua voz se soltou pela primeira vez “em público” no seu jardim de infância “Bom Pastor” e tinha como espectadores os coleguinhas e a professora Ana que “fi-

caram encantado com o que viram e ouviram”.

Michelle teve como influência para entrar neste mundo artístico o irmão Yannick Martins que possui já uma carreira profissional mais madura. Fora isso, o gosto pela música sempre esteve presente. O gosto por No entanto, o seu gosto por a sua influência começou em casa com Yannick Martins, artista, com uma carreira um pouco mais “madura” do que a sua.



A Nação
JORNAL INDEPENDENTE
Cabo Verde

13
Anos

2007 - 2020

**UM JORNALISMO
PLURAL E INDEPENDENTE**

www.anacao.cv

[f](#) [t](#) [i](#)
anacaocaboverde



**CHEGOU O PPN, O SUPLEMENTO PRONTO PARA O SEU NEGÓCIO!
ESTE É O ESPAÇO QUE FALTAVA PARA O AJUDAR A VENDER O SEU BEM MÓVEL E IMÓVEL.
AQUI, NÓS FAZEMOS VALER E RENDER O SEU INVESTIMENTO! SOMOS O PARCEIRO IDEAL PARA SI!**

ANUNCIE NO PPN!



www.simovel.cv

edificio.solar@simovel.cv

4364 103 / 4364 200 / 927 00 94



VENDE-SE

T2 Esq – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T2 Esq – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 104 m2
9,880,000 CVE



VENDE-SE

T3 Frt – 6º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 3 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 140 m2
13,300,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 3º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 4º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE

EDIFÍCIO SOLAR

Empreendimento da SIMÓVEL, empresa do Grupo SITA, está situado na Avenida Santiago, Palmarejo, Cidade da Praia, Cabo Verde.

Para além de requinte, será muito moderno e funcional. Terá um total de 19 apartamentos, sendo 12 T2 e 6 T3 e 1 T4, todos com pré-instalação de ar condicionado. O prédio conta ainda com gerador de emergência, dois elevadores, sistema moderno de gestão de água e energia, e estará preparado para uma gestão de condomínio eficaz.

Haverá apoio e aconselhamento de profissional de design de interiores, como forma de melhor se adaptar às necessidades e sonhos específicos.

Não perca esta grande oportunidade!



VENDE-SE

T2 Dto – 5º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,640,000 CVE



VENDE-SE

T2 Dto – 2º Andar – Edifício Solar – Av. Santiago, Palmarejo
Com: 2 Quartos | 2 Casas de Banho | Área 112 m2
10,080,000 CVE



📍 Mira Mar, Palmarejo Baixo, Cidade da Praia
 ✉ info@hrochasolucoes.cv
 ☎ +238 985 16 89
 🌐 www.hrochasolucoes.cv
 📱 H Rocha Soluções



VENDE-SE :

Belíssima e espaçosa casa em Achada de Santo António num lote de 599,48 metros quadrados com três vistas. A superfície construída ocupa 522,44 metros quadrados.

Com 6 quartos com roupeiros e 5 casas de banho, sendo 3 suites. Sala de visitas, sala de jantar e escritório, 2 cozinhas e uma dispensa espaçosa, lavandaria e arrecadação.

Quartos com varanda e um bonito terraço no último piso com vista para o mar. Com jardim e garagem fechada.



VENDE-SE :

Apartamento T1 duplex em Terra Branca. Com dois pisos e terraço em cima da casa.



ARRENDAMENTO-SE

T2 mobilado no Plateau num prédio em frente ao INPS, com duas casas de banho, roupeiros nos dois quartos, sala de estar e sala de jantar. Cozinha completamente equipada e ar condicionado em todos os cômodos.



ARRENDAMENTO-SE

Em Achada de Santo António um espaço comercial com uma área de 183 metros quadrados.

Com 3 salas, duas casas de banho e open space.

VENDE-SE

iPhone 6s Plus

Memória - 128 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Gold
Conectividade - Bluetooth, NFC, Wi-Fi
Processador - Dual Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 40.000,00 - (Quarenta mil escudos)

iPhone 8 Plus - Space Gray

Memória - 64 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Grey
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Hexa Core
Resolução - 1920x1080
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
Preço - 70.000,00 - (Setenta mil escudos)

iPhone 7 Plus

Memória - 32 GB
Sistema Operativo - iOS
Cor - Rose Gold
Conectividade - Lightning, Bluetooth, 4G, NFC, Wi-Fi
Processador - Quad Core
Rede - 4G, 2G, 3G
Camera - 12 MP
45.000,00 - (Quarenta e cinco mil escudos)

BRAND NEW

Contacto: 918 46 07 | 995 42 00

PEQUENOS ANÚNCIOS



Sistema completo de video vigilância, com 16 câmeras IP: 75.000,00- ECV



Gerador Aslo Silencioso 5 KVA: 85.000,00 ECV



UPS: 25.000 ECV



UPS: 25.000 ECV



Jantes: 5.000 ECV unidade

Classificados



Emprofac, S.A.R.L.

Aviso

Na impossibilidade de o comunicar de outra forma, fica por este meio avisado o Sr. João Carlos Rodrigues Andrade, trabalhador na empresa Emprofac, S.A., com na cidade da Praia, com NIF 200127055, registada na conservatória do registo comercial da Praia sob o n.º 1198000503 que em face dos dados que dispomos, constata-se que V/Exa. não comparece ao serviço desde 24 de Agosto de 2020 sem que, para tal, tivesse apresentado, enviado ou feito remeter qualquer justificação da ausência.

Neste sentido, ao abrigo do art. 244.º n.º 2 do Código Laboral vigente, tal conduta omissiva presume-se como “Abandono de lugar”, não havendo da sua parte intenção de o retornar, dado que até a presente data não houve da sua parte qualquer comunicação para com esta Instituição.

Esta situação configura-se como Rescisão, sem aviso prévio e por sua iniciativa, do Contrato de Trabalho celebrado entre esta Instituição e V/Exa.

Com efeito, V/Exa. deve considerar-se, para todos os efeitos legais, definitivamente desvinculado do mencionado Contrato de Trabalho desde o primeiro dia em que deixou de comparecer ao serviço, conforme disposto no art. 245.º do Código Laboral.

Praia, 07 de Setembro de 2020

O Conselho de Administração

Administradora Executiva / Ana Clotilde Ribeiro /
Administradora Executiva / Melina Velga /

Emprofac Empresa Nacional de Produtos Farmacêuticos Sarl
Tira Chapéu, CP nº 59, Praia, ilha de Santiago- Tel. 2601510 - Fax: 2601547
Alto de São Nicolau, Caixa Postal nº 23 -
Mindelo- Ilha de São Vicente - Tel. 2323363 - Fax: 2324393



AVISO ABANDONO DE LUGAR

Ficam notificadas as Senhoras **Delmira Mendes Correia, Mary Evora Dos Santos Furtado e Teresa Lopes Correia Gomes**, trabalhadoras da Empresa SETELIMA- Serviços Técnicos de Limpeza e Manutenção, Lda., atualmente em parte incerta, que, nos termos do art. 244º do CL, considera-se que as mesmas rescindiram, sem aviso prévio, os seus contratos de trabalho, por terem faltado ao trabalho desde os dias, 4 de Maio, 20 de Agosto e 13 de Julho, respectivamente, presumindo-se abandono de lugar e conseqüente desvinculação do contrato de trabalho desde o primeiro dia em que deixaram de comparecer ao trabalho.

Ficam ainda notificadas as referidas trabalhadoras que dispõem de um prazo de 8 dias úteis para, querendo, vir ao processo de abandono de lugar, demonstrar que não estavam em condições de contactar a Empresa durante estes períodos.

Praia, 19 de Setembro de 2020.

O Gerente,
Paulo Henrique Marques Timas

Achada Grande Frente CP: 133-C Fazenda
+ 238 263 31 30

geral@setelima.com
NIF: 200 131 249

Ministério da Agricultura e Ambiente

Direção Nacional do Ambiente
Chã d'Areia - Praia - Cabo Verde
CP: 115
Cidade da Praia
+238 261 89 84/ IP: (333) 7170
+238 261 75 11

ANÚNCIO “CLIFF HOTEL CARA CARA” ILHA DE SÃO VICENTE

A Direção Nacional do Ambiente torna público que no âmbito do Decreto – Lei 27/2020, de 19 de Março, que estabelece o regime jurídico de Avaliação de Estudos de Impactes Ambientais dos projetos públicos ou privados suscetíveis de produzirem efeitos no ambiente, no seu artigo 15º - participação pública, encontra-se à disposição do público em geral o Estudo de Impacte Ambiental do projeto denominado “CLIFF HOTEL CARA CARA” – MINDELO - ILHA DE SÃO VICENTE do **proponente CABOPRO - Projetos e Investimentos SA.** para conhecimento, consulta e comentários dos interessados. O referido Estudo encontra-se dentro das horas normais de expediente, de 11 de Setembro a 22 de outubro nos seguintes locais:

- www.maa.gov.cv
- Direção Nacional do Ambiente – Localizado em Chã de Areia;
- Câmara Municipal de São Vicente;
- Delegação Regional do Ministério da Agricultura e Ambiente na Ilha de São Vicente.

Obs: Os comentários, questões ou outros contributos escritos poderão ser enviados para o seguinte contato eletrónico: rosiana.semedo@maa.gov.cv

Cidade da Praia, 09 de Setembro de 2020

O Diretor Nacional
Alexandre Felício Rodrigues



TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE SÃO VICENTE
1º Juízo Cível

= ANÚNCIO JUDICIAL =

Proc.: Acção Especial (Divórcio Litigioso)
nr. 149/2018

Autora: AMARILDA HELENA MORENO
MARQUIES BARBOSA.

Réu: **OCEANO DA LUZ BARBOSA**,
maior, casado com última residência conhecida em Baston Estados Unidos da América.

-0-

FAZ-SE SABER que no processo e Juízo acima referidos, é o réu citado, para no prazo de **DEZ DIAS**, que começa a correr finda a dilação de **TRINTA DIAS**, cantados da data da segunda e última publicação deste anúncio contestar, querendo os referidos autos, cuja pedido consiste em que seja decretada o divórcio entre as partes, **com a advertência de que a falta de contestação não importa a confissão dos factos articulados pela autora**, e que com a contestação, se a apresentar, deverá oferecer logo os meios de prova.

FAZ- SE, AINDA, SABER, que é **obrigatória a constituição de advogado**; que deverá no prazo de cinco dias, a contar da contestação, efetuar o pagamento do preparo inicial no valor de 10.000\$00 e, não o fazen-

do, será notificado para o fazer acrescido de taxa de justiça igual ao dobro da sua importância e que a falta desse pagamento implica a instauração de execução para sua cobrança coerciva e que goza da faculdade de requerer a delegação da OACV, desta cidade, sita à rua Senador Vera Cruz o benefício da assistência judiciária, no prazo de dois dias úteis a contar da citação e, caso contestar em vez de solicitar guias no cartório deste juízo para o pagamento do preparo inicial pode depositar esse valor directamente na conta de cofre de preparos e custas do Tribunal Judicial desta Comarca na conta nº 4812559 10 001- BCA e se assim o fizer, tem o prazo de dois dias para entregar ou remeter ao cartório deste juízo documento comprovativo do depósito.

Mindelo, 12 de Março de 2019

O Juiz de Direito,
/Aldino Ferrer Santos/
A Ajudante de Escrivão,
/Sonia Graça/



OPACC ORDEM PROFISSIONAL DE AUDITORES E CONTABILISTAS CERTIFICADOS

Pessoa Coletiva de Direito Público

NOVO ANÚNCIO PARA RECRUTAMENTO de Secretário-geral

1- Enquadramento

A Ordem Profissional dos Auditores e Contabilistas Certificados de Cabo Verde (“OPACC”), pessoa coletiva pública, rege-se pela Lei nº 90/VIII/2006, de 12 de Janeiro, que estabelece o Regime Jurídico das Associações Públicas Profissionais, e foi criada pelo Decreto-Lei nº 12/2000, de 18 de Fevereiro, que aprova o seu Estatuto, o qual foi recentemente alterado pela Lei nº 82/IX/2020 de 26 de Março.

A OPACC tem por finalidade essencial superintender em todos os aspetos atinentes ao acesso, estatuto e exercício das profissões de auditor e contabilista certificados, atentos a relevância e interesse público que as mesmas revestem, bem como promover a obtenção dos mais elevados padrões profissionais e níveis de desempenho.

Compete ainda à OPACC representar, mediante o regime de inscrição obrigatória, os interesses profissionais dos auditores e contabilistas certificados que exerçam ou venham a exercer a sua atividade em Cabo Verde, pertencendo-lhe o direito exclusivo de emitir as respetivas Cédulas Profissionais.

Considerando o facto dos órgãos diretivos da OPACC exercerem as suas funções em regime não executivo e de gratuidade e a dimensão das tarefas que devem ser desenvolvidas pela Ordem, o Conselho Diretivo pretende contratar um Secretário-geral, para apoiar a Ordem nas tarefas de administração e gestão da instituição.

2- Conteúdo da função

O Secretário-geral tem como missão apoiar o Conselho Diretivo, e restantes órgãos da Ordem, na administração e gestão da Instituição, assegurando a execução das seguintes tarefas:

- Supervisão de alto nível do setor administrativo e de secretaria, nomeadamente serviços de logística e atendimento, correspondência e arquivo;
- Supervisão de alto nível do setor financeiro, nomeadamente serviços de cobrança, pagamento, controlo orçamental e gestão da contabilidade;
- Interligação dos órgãos sociais e apoio aos mesmos em pesquisas, contactos e elaboração de projetos diversos, incluindo a revista técnica;
- Coordenação administrativa dos exames, estágios e entrevistas de avaliação técnico-profissional e controlo dos subsequentes pedidos de admissão na Ordem;
- Controlo do cumprimento dos Regulamentos, em geral, mormente Regulamento de seguro de responsabilidade profissional e Regulamento de desenvolvimento profissional contínuo, e apoio às Comissões no âmbito do cumprimento dos restantes Regulamentos, mormente do controlo de qualidade;
- Supervisão/coordenação administrativa das ações de formação;
- Coordenação da preparação dos planos plurianuais e anuais de atividades, dos orçamentos e dos relatórios de atividade;
- Intervenção na preparação de instrumentos operacionais e de suporte à atividade e no desenvolvimento de atividades operacionais;
- Apoio direto ao Conselho Diretivo no projeto de filiação da OPACC junto da IFAC, incluindo procura de financiamento junto de instituições financeiras de apoio ao desenvolvimento e contactos com congéneres internacionais;
- Outras tarefas que sejam do âmbito da sua competência profissional.

3- Perfil e requisitos

Para o exercício da função, exige-se:

a)-Formação e experiência

- Formação universitária nas áreas de Direito ou Ciências Jurídicas, Administração, Gestão, Economia, Contabilidade, Auditoria, ou similares;
- Experiência profissional relevante, no mínimo de 5 anos.

b)-Outros

- Nacionalidade cabo-verdiana ou de país lusófono, residente em Cabo Verde;

- Fluente em português e muito bom conhecimento do francês e/ou inglês (oral e escrito);
- Bons conhecimentos de informática na ótica do utilizador;
- Disponibilidade para trabalhar em equipa;
- Capacidade de liderança;
- Sentido de responsabilidade e rigor no cumprimento das tarefas;
- Interesse pelo auto desenvolvimento e formação permanente;
- Autonomia e espírito de iniciativa.

4-Metodologia de seleção

A seleção será feita por concurso e terá em consideração os seguintes passos:

- Análise curricular detalhada, em conformidade com o perfil estabelecido e as necessidades particulares da OPACC;
- Avaliação/validação dos níveis de proficiência em português, francês e/ou inglês (oral e escrito);
- Avaliação de âmbito psicológico/comportamental;
- Avaliação/validação dos conhecimentos, mormente da legislação da profissão de auditor e contabilista certificado (Estatuto, Regulamentos e Código de ética) através de entrevista técnica, oral ou escrita;
- Entrevista de validação de perfil.

5-Condições contratuais

O provimento no cargo de Secretário – Geral será feito em regime de comissão de serviço, por um período de 3 anos, ficando o provido sujeito ao Código Laboral e ao regime da previdência social dos trabalhadores por conta de outrem, gerido pelo INPS.

O exercício do cargo é em regime de exclusividade.

A remuneração mensal bruta prevista para o cargo será a adequada a um técnico superior sénior, no setor privado.

6. Local da prestação dos serviços

Os serviços do Secretário-geral serão prestados na sede da OPACC, na Praia.

7-Pedidos de esclarecimentos e outras informações

Qualquer pedido de esclarecimento, relacionado com este concurso, deverá ser dirigido, através de correio eletrónico, ao Presidente da OPACC, Dr. José Mário de Sousa, email: josemario.sousa@hotmail.com Cc... calubb65@gmail.com ; francis-coteixeira@pca.cv

A OPACC reserva-se o direito de não selecionar qualquer candidato, e cancelar o concurso, caso nenhum dos candidatos satisfaça os requisitos destes termos de referência.

8-Processo de candidatura

- As candidaturas, a serem entregues diretamente ou por carta registada, com aviso de receção, deverão dar entrada na OPACC até 17H30 do dia 16 de Outubro de 2020.
- Os candidatos deverão submeter os seguintes documentos:
 - Carta de apresentação;
 - Foto tipo passe;
 - Fotocópia do Bilhete de Identidade;
 - Curriculum vitae detalhado;
 - Certidões comprovativas das habilitações académicas;
 - Declarações comprovativas da experiência profissional, mormente desempenho de funções relevantes noutras instituições;Justificativos de outros aspetos curriculares relevantes declarados.



Ministério do Turismo e Transportes

ANÚNCIO

PROGRAMA TURISMO DE NATUREZA

CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A MARCAÇÃO DA REDE DE PERCURSOS PEDESTRES DA ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE

O Ministério do Turismo e Transportes, através do Instituto de Turismo de Cabo Verde comunica aos interessados que se encontra aberto, a partir da data da publicação do presente anúncio, o concurso público para contratação de uma empresa para “**PARA A MARCAÇÃO DA REDE DE PERCURSOS PEDESTRES DA ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE**”.

1. Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante do Contrato das atividades acima descritas será representada pelo Fundo de Sustentabilidade Social do Turismo.

2. Entidade responsável pela condução do procedimento

Instituto de Turismo de Cabo Verde – Ministério do Turismo e Transportes, Santiago, Cabo Verde.

3. Financiamento

As despesas inerentes à celebração dos contratos são financiadas pelo Fundo da Sustentabilidade Social do Turismo.

4. Objeto do concurso e local de execução do contrato

O presente concurso destina-se a empresas com experiência comprovada no levantamento cartográfico, digital, fotográfico e de sinalização física de uma REDE DE PERCURSOS PEDESTRES, integrando a identificação do património histórico, etnográfico e natural, as associações comunitárias existentes e a oferta de serviços, bem como a sua divulgação através de um conjunto de comunidades virtuais especializadas sobre caminhadas (*trekking*) e a prática de btt (MTB) e *trail running*.

O local de execução do contrato é a Ilha de Santiago.

5. Prazo de execução do contrato

Prazo contratual é de 7 meses a contar da data da celebração do contrato.

6. Obtenção dos documentos do concurso

Os documentos relativos ao presente concurso podem ser solicitados de forma gratuita junto Instituto de Turismo de Cabo Verde, até o dia 24/09/2020 através do e-mail: olina.cabral@mtt.gov.cv. Pedidos de esclarecimentos sobre os documentos do concurso, devem ser dirigidos ao email atrás mencionado até o dia 01/10/2020.

7. Requisitos de admissão

Podem ser admitidas as empresas que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 70 do Código de Contratação Pública. Só poderão ser admitidos os concorrentes que tenham as habilitações profissionais requeridas para a execução das prestações do contrato.

8. Modo de apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas em envelope fechado (um original e duas cópias), devidamente assinadas e endereçadas ao Instituto de Turismo de Cabo Verde com a designação “PROGRAMA TURISMO DE NATUREZA - CONCURSO PÚBLICO PARA A CONTRATAÇÃO DE UMA EMPRESA PARA A MARCAÇÃO DA REDE DE PERCURSOS PEDESTRES DA ILHA DE SANTIAGO, CABO VERDE”. As propostas e todos os documentos que acompanham devem ser redigidos em língua portuguesa.

9. Data de apresentação das propostas

Os interessados devem entregar as propostas até às 15:00 horas do dia 19/10/2020 na sede do Instituto de Turismo de Cabo Verde, Ministério do Turismo e Transportes, Rua Cidade do Funchal, nº 2, Praia, Cabo Verde.

10. Prazo de manutenção das propostas

Os concorrentes ficam vinculados à manutenção das propostas pelo prazo de 60 dias (sessenta) dia a contar da sua data de abertura.

11. Critério de adjudicação

O critério de adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa de acordo com as seguintes pontuações: a) proposta técnica: 40 pontos, b) proposta financeira: 60 pontos.

12. Ato público

O ato público de abertura das propostas terá lugar às 15:00 horas do dia 23/10/2020, numa das salas de reuniões Fundo do Turismo, Ministério do Turismo e Transportes, na Cidade da Praia, através de videochamada, podendo no mesmo intervir todos os concorrentes e os representantes dos concorrentes devidamente credenciados para o efeito.

13. Se há ou não lugar a negociação

O Ministério do Turismo e Transportes reserva-se o direito de cancelar o concurso em caso de não satisfação dos requisitos exigidos.

14. Lei aplicável ao procedimento

Código de Contratação Pública

Praia, 14 de Setembro de 2020.



Ministério da Indústria,
Comércio e Energia
Direção Nacional de Indústria, Comércio e Energia

Program CVE/083 PASER

NOTICE OF CALL FOR EXPRESSIONS OF INTEREST CVE/083 • 20 3367 Title: Technical Advisory Services for the Design and Tendering Support for the implementation of Battery Energy Storage Systems projects in São Vicente and Boa Vista islands

Maximum budget: 150,000 EUR – performance period of 6 months

The Luxembourg Agency for Development Cooperation (LuxDev) launches a Call for expressions of interest for the acquisition of services for **Technical Advisory Services for the Design and Tendering Support for the implementation of Battery Energy Storage Systems projects in São Vicente and Boa Vista islands** on behalf of Programme CVE/083 receiving financial support from the Governments of the Republic of Cabo Verde and the Grand Duchy of Luxembourg.

Services providers that are invited to express their interest to offer the services mentioned above are all legally established companies governed by private law as well as non-profit private companies (excluding non-governmental organisations and public operators) and specialised in advising governments on the Technical, legal, commercial, and financial aspects in BESS projects.

Indicatively, services providers will have to demonstrate their technical capacity in technical design, legal advising, commercial, and financial aspects of BESS project implementations. The consulting team must be able to communicate in Portuguese language and the team must include a local expert.

The start of the contract is foreseen for February 2021 and for a duration of 6 (six) months. Services providers must be available for the entire period foreseen and willing to intervene in Santiago, São Vicente and Boa Vista Islands – Cabo Verde. The maximum budget available for this contract is estimated at 150,000 EUR (all taxes excluded).

Interested services providers are invited to submit sufficient documentation to respond to the selection criteria. **The dossier, including the selection criteria and the application form is available on request at the address given below.**

The shortlist of candidates invited to submit a full offer will be established of minimum three (3) and maximum eight (8) candidates evaluated as qualified and ranked if necessary against the selection criteria.

Expressions of interest, exclusively drawn up in English, must reach the following address by email no later than **03.11.2020 at 10h00 am** (local time):

Email: carla.santos@luxdev.lu

c/c: nathaly.santo@luxdev.lu

Requests for clarifications shall be sent to the email address given above.

Only shortlisted candidates will be invited to submit a full offer.

Services providers interested by this Call for expressions of interest may also consult LuxDev's website: www.luxdev.lu (Tender notices: Services – Status: Information – Area: Africa)



Ministério da Agricultura
e Ambiente



Programme CVE/082
Programme d'Appui au Secteur de l'Eau et
de l'Assainissement - PASEA

AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/082• 20 3212
TITRE : Installation de systèmes photovoltaïques dans les stations de pompage de Monte Babosa et Ponta d'Água sur l'île de Santiago (Biens)

*dans le cadre du Programme CVE/082 financé sur des ressources des gouvernements
de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg*

Cet avis est lancé par et selon les procédures de l'agence luxembourgeoise pour la Coopération au développement (LuxDev), pour le compte du programme CVE/082 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

b) Notifications et communications écrites, à envoyer par email à:

carla.santos@luxdev.lu
c/c : ines.pereira@luxdev.lu

1. Identification et financement du Projet/Programme

- a) Intitulé: CVE/082 Programme d'Appui au Secteur de l'Eau et de l'Assainissement
- b) Source de financement: Le Gouvernement de la République de Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme n° CVE/082 du 02 juin 2016
- c) Situation du financement: Approuvé

2. Identification du Marché

- a) Type de Marché: Biens
- b) Objet: **Installation de systèmes photovoltaïques dans les stations de pompage de Monte Babosa et Ponta d'Água sur l'île de Santiago**
- c) Numéro: CVE/082•20 3212
- d) Nombre de lots: 1
- e) Groupement de lots: N/A

3. Critères d'éligibilité et d'évaluation

- a) Origine: pas de restriction
- b) Éligibilité: les entreprises qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale
- c) Évaluation: l'offre administrativement conforme et techniquement substantiellement conforme la moins disante sera déclarée attributaire
- d) Variantes: **aucune variante ne sera prise en compte**

4. Lieux et délais

- a) Localisation du Programme: Cabo Verde - île de Santiago - Praia
- b) Conditions et lieu de livraison: DDP Monte Babosa et Ponta d'Água - île de Santiago - Cabo Verde
- c) Délai d'exécution du Marché: 5 mois
- d) Délai de validité des offres: 90 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. Définitions

- a) Pouvoir adjudicateur: LuxDev
- b) Autorité contractante: LuxDev
- c) Bénéficiaire: Águas de Santiago (AdS)
- d) Superviseur : Roberto Monterde, Consultant Programme CVE/082
- e) Bailleur de Fonds: Grand-Duché de Luxembourg
- f) Représentant du Bailleur de Fonds: LuxDev

6. Dossier d'Appel d'Offres (DAO)

- a) Conditions d'acquisition: le DAO peut être acquis gratuitement par email :
Email : carla.santos@luxdev.lu
ines.pereira@luxdev.lu

- c) Date limite pour les demandes d'informations complémentaires: 14 jours avant la date limite de réception des offres
- d) Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires: 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. Langue, monnaie, réception et ouverture des offres

- a) Langue: La langue de la procédure est le français. Toutefois, certains documents techniques et administratifs (CST) sont en portugais.
- b) Monnaie: EUR
- c) Adresse pour la réception et l'ouverture: 1 original et 2 copies, à envoyer au :
Programme CVE/082
c/o LuxDev Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia
Santiago – Cabo Verde

- d) Date et heure limite pour la réception des offres: 30.09.2020 à 15h00 (heure locale)
- e) Date et heure pour la séance non- publique d'ouverture: 30.09.2020 à 15h30. L'ouverture des offres sera effectuée à huis clos. Le rapport d'ouverture des soumissions sera transmis à tout soumissionnaire qui en fera la demande.

8. Garanties

- a) Garantie de soumission: 3 000 EUR
- b) Garantie de Bonne exécution: 10% du montant du marché
- c) Autres: voir DAO

9. Paiements

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par LuxDev pour le compte du programme CVE/082.

10. Réunion d'information et/ou Visite des lieux

Une réunion d'information sera effectuée par vidéo conférence le 15.09.2020 à 10h00 (heure locale) à travers la plateforme Zoom.

La participation à la vidéo conférence est facultative et les entreprises intéressées devront nous fournir l'adresse email pour l'envoi du lien d'accès pour participer à la réunion d'information.

11. Prestations complémentaires ou additionnelles

Le présent marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50% du montant du marché initial.

Renseignements complémentaires: voir DAO



Project CVE/085
Supporting the partnership between the
Center for Renewable Energies and Industrial
Maintenance and the Center of competence - Technical
Engineering of Luxembourg (CERMI /
CdC-GTB)

NOTICE OF INVITATION TO TENDER N° CVE/085•20 3243
TITLE: Acquisition of a Stationary Meter Test Unit (MTU) and other equipment
of calibration of single phase and three phase electrical meters for active
energy for the Center for Renewable Energies and Industrial Maintenance
(CERMI), Cabo Verde (Goods)

*in the framework of Project CVE/085 receiving financial support from the governments
of the Republic of Cabo Verde and of the Grand Duchy of Luxembourg*

This notice of invitation is launched by and according to the procedures of LuxDev, the Luxembourg Development Cooperation Agency, on behalf of Project CVE/085 receiving financial support from the governments of the Republic of Cabo Verde and of the Grand Duchy of Luxembourg.

1. Identification and financing of the Project

- a) Title: CVE/085 Supporting the partnership between the Center for Renewable Energies and Industrial Maintenance and the Center of Competence-Technical Engineering of Luxembourg (CERMI / CdC-GTB)
- b) Source of financing: The Government of the Republic of Cabo Verde and the Government of the Grand Duchy of Luxembourg, as set out in the Project's Bilateral Agreement n° CVE/085 dated 19 June 2018
- c) Status of financing: Approved

2. Identification of the Contract

- a) Type of Contract: Goods
- b) Object: Acquisition of a Stationary Meter Test Unit (MTU) and other equipment of calibration of single phase and three phase electrical meters for active energy for Renewable Energies and Industrial Maintenance (CERMI) from Cabo Verde
- c) Reference number: CVE/085•20 3243
- d) Number de lots: 1
- e) Grouping of lots: N/A

3. Eligibility and evaluation criteria

- a) Origin: no restriction
- b) Eligibility: companies satisfying the criteria included in the Statement of Good Standing and in the Ethics Clauses of the General Regulations
- c) Evaluation: the lowest administratively compliant and substantially technically compliant tender will be granted the contract
- d) Variants: no variants will be considered

4. Location and timeframe

- a) Location of the Project: Lux-Development Cabo Verde Office - Santiago Island – Cabo Verde
- b) Terms and place of delivery: DDP (delivered, installed and commissioned) to CERMI, Palmarejo Grande, near to Electra Desalination Plant - Praia – Santiago Island, Cabo Verde
- c) Performance period of the Contract: 8 months
- d) Validity period of tenders: 90 days from the time limit for receipt of tenders

5. Definitions

- a) Awarding authority: Lux-Development
- b) Contracting Authority: Lux-Development
- c) Beneficiary: Center for Renewable Energies and Industrial Maintenance (CERMI)
- d) Supervisor: to be appointed later
- e) Donor: Grand Duchy of Luxembourg
- f) Donor's Representative: Lux-Development

6. Tender Dossier (TD)

- a) How to obtain the TD: the TD may be obtained free of charge by email:
carla.santos@luxdev.lu c/c nathaly.santos@luxdev.lu
- b) Written notifications and communications must be sent to the following address: \
 - Email: carla.santos@luxdev.lu
 - c/c nathaly.santos@luxdev.lu

- c) Deadline for requests for additional information: 14 days before the deadline for submission of tenders
- d) Deadline for providing explanations to tenderers: 8 days before the deadline for submission of tenders

7. Language, currency, receipt and opening of tenders

- a) Language: English
- b) Currency: EUR
- c) Address for receipt and opening: 1 original and 2 copies and 1 digital copy to:

Project CVE/085
LuxDev Cabo Verde Office
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia

- d) Deadline for receipt of tenders: 02.10.2020 at 10h00 am (local time)
- e) Date and time for the non-public opening session: 02.10.2020 at 10h30 (local time). The opening of tenders will be carried out in camera. The tender opening report will be sent to any tenderer who requests it.

8. Guarantees

- a) Tender Guarantee: 3,500 EUR
- b) Performance Guarantee: 10% of the value of the Contract
- c) Other Guarantees: see TD

9. Payments

All eligible payments which are part of this Contract will be processed by Lux-Development on behalf of Project CVE/085.

10. Information meeting and/or site visit

N/A.

11. Complementary or additional services

This Contract does not include any complementary or additional acquisition of goods. In the event where complementary or additional acquisition of goods would be required (initially not included), its value will be limited to a maximum of 50% of the initial value of the Contract.

12. Additional information: see TD

The attention of tenderers is drawn to the fact that this contract includes a fixed part and a conditional part.

The delivery / installation of the equipment constituting this call for tenders is fixed between February/Mars 2021 and constitutes the **fixed part**.

The extra equipment will probably be delivered between May/June 2021.

This extra equipment is not part of this contract but constitutes a conditional part which could be the subject of an amendment to the contract which will be signed with the winner of this contract if the following conditions are confirmed:

- a) the successful tenderer has fully satisfied the execution of the fixed part (the subject of this call for tenders and of its contract);
- b) availability of funds is confirmed.

The conditional part will be the subject of an amendment to the contract, if applicable, based on the technical specifications and the unit price schedule submitted in the tender of the successful tenderer, subject of this contract. The exact quantities and delivery schedule can be specified if necessary.

Under no circumstances, the successful tenderer cannot invoke the right to the conditional part, the attribution of which is an option reserved by the Contracting Authority. If the Contracting Authority renounces to entrust the conditional part to the successful tenderer of this contract or if it decides to launch a new call for tenders (open or restricted), the contract holder may not under any circumstances claim damages / interests, whatever their nature.



Ministério
das Finanças



Programme CVE/081 Emploi et Employabilité

AVIS D'APPEL D'OFFRES N° CVE/081•20 3227

TITRE: Acquisition et installation d'équipements, mobiliers, outils et consommables pour les écoles EICM de São Vicente et ESPCR de Santiago (Biens)

dans le cadre du Programme CVE/081 financé sur des ressources des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg

Cet avis est lancé par et selon les procédures de LuxDev, l'Agence luxembourgeoise pour la coopération au développement, pour le compte du Programme CVE/081 recevant un appui financier des gouvernements de la République du Cabo Verde et du Grand-Duché de Luxembourg.

1. Identification et financement du Programme

- Intitulé: Programme CVE/081 - Emploi et Employabilité
- Source de financement: Le Gouvernement de la République du Cabo Verde et le Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg comme défini dans le Protocole de Programme CVE/081 du 02 juin 2016
- Situation du financement: Approuvé

2. Identification du Marché

- Type de Marché: Biens
- Objet: **Acquisition et installation d'équipements, mobiliers, outils et consommables pour les écoles EICM de São Vicente et ESPCR de Santiago (Biens)**
- Numéro: CVE/081•20 3227
- Nombre de lots: 07 (sept)

- Lot 1 - Informatique et audiovisuels
- Lot 2 - Consommables pour les ateliers d'automatisation industrielle, d'électronique et d'électricité
- Lot 3 - Mobilier de laboratoire et salle informatique
- Lot 4 - Appareils de mesure et d'essai
- Lot 5 - Matériel pédagogique
- Lot 6 - Outils manuels et électriques
- Lot 7 - Panneaux thématiques

e) Groupement de lots: Un même soumissionnaire peut présenter une offre pour un ou plusieurs lots et être attributaire d'un ou plusieurs lots. Si un soumissionnaire souhaite répondre à plusieurs lots, il doit présenter une offre distincte pour chacun d'eux. Pour être attributaire de plusieurs lots, un soumissionnaire doit satisfaire cumulativement aux critères d'évaluation.

3. Critères d'éligibilité et d'évaluation

- Origine: pas de restriction
- Éligibilité: les entreprises qui satisfont aux critères inclus dans la déclaration sur l'honneur et dans les clauses déontologiques de la réglementation générale
- Évaluation: l'attribution sera faite lot par lot mais selon la combinaison la plus avantageuse pour le Programme.

Le pouvoir adjudicateur se réserve la possibilité d'attribuer les lots ou groupes de lots pouvant être combinés pour être attribués au même soumissionnaire, s'ils sont plus avantageux techniquement et économiquement pour le projet.

Un seul ou plusieurs lots peuvent être attribués à la même entreprise, si l'entreprise remplit cumulativement les critères d'évaluation, c'est-à-dire les critères administratifs et techniques.

d) Variantes : aucune variante ne sera prise en compte

4. Lieux et délais

- Localisation du Programme: Praia – île de Santiago – Cabo Verde
- Conditions et lieu de livraison: DDP à l'école EICM-GDC Mindelo, île de São Vicente et DDP à l'école ESPCR Praia, île de Santiago.
- Délai d'exécution du Marché: 6 mois pour chaque lot. En cas d'attribution de plusieurs lots à un même soumissionnaire, ce délai n'est pas cumulable entre les lots
- Délai de validité des offres: 90 jours à compter de la date limite pour la réception des offres

5. Définitions

- Pouvoir adjudicateur: Lux-Development
- Autorité contractante: Lux-Development
- Bénéficiaires: Escola Industrial e Comercial do Mindelo Guilherme Dias Chantre (EICM-GDC) Mindelo île de São Vicente et Escola Secundária Polyvalente Cesaltina Ramos (ESPCR) Praia île de Santiago

- Superviseur: Filomeno Moreira, ATN du Programme CVE/081
- Bailleur de Fonds : Gouvernement du Grand-Duché de Luxembourg
- Représentant du Bailleur de Fonds : Lux-Development

6. Dossier d'Appel d'Offres (DAO)

- Conditions d'acquisition: le DAO peut être acquis gratuitement par email:
Email: ines.pereira@luxdev.lu ; c/c carla.santos@luxdev.lu

- Notifications et communications écrites, à envoyer au:

LuxDev Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia
Email: ines.pereira@luxdev.lu ; c/c carla.santos@luxdev.lu

- Date limite pour les demandes d'informations complémentaires: 14 jours avant la date limite de réception des offres
- Date limite pour la fourniture d'explications aux soumissionnaires: 8 jours avant la date limite de réception des offres

7. Langue, monnaie, réception et ouverture des offres

- Langue: la langue de la procédure et du contrat est le Français. Toutefois, les Spécifications techniques sont en Portugais.
- Monnaie: Euro (EUR)
- Adresse pour la réception et l'ouverture: 1 original et 2 copies, à envoyer au:

LuxDev Bureau Cabo Verde
Edifício da Embaixada do Grão-Ducado de Luxemburgo
C.P. 458
Quebra Canela – Praia

- Date et heure limite pour la réception des offres: 30.09.2020 à 10h00 (heure locale)
- Date et heure pour la séance non-publique d'ouverture: 30.09.2020 à 10h30

8. Garanties

- Garantie de soumission: N/A
- Garantie de Bonne exécution: 10% du montant du Marché
- Autres: voir DAO

9. Paiements

Tous les paiements éligibles dans le cadre du présent marché seront effectués par Lux-Development pour le compte du Programme CVE/081.

10. Réunion d'information et/ou Visite des lieux

N/A

11. Prestations complémentaires ou additionnelles

Le présent Marché ne prévoit pas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels. En cas d'acquisition de biens complémentaires ou additionnels (non prévue initialement), leur valeur sera limitée à maximum 50% du montant du Marché initial.

12. Renseignements complémentaires: voir DAO

Afin de tenir compte du budget du Programme, le Pouvoir Adjudicateur et l'Autorité Contractante se réservent le droit, au moment de l'attribution et avant la signature du (des) contrat(s), d'augmenter ou de diminuer les quantités sans changement des prix unitaires ou d'autres conditions, et ce dans une limite de 20% du montant soumissionné par lot.

Si cela s'avère nécessaire, le Pouvoir Adjudicateur se réserve le droit de déclarer infructueux un ou plusieurs lots.

Par le simple fait de remettre une offre, les soumissionnaires acceptent sans condition ces modalités.



República de Cabo Verde
TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE SOTAVENTO

-Anúncio -2ª publicação-

Autos: **Ação Especial de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira registados sob nº 36/2017.**

Requerente: Francisco Monteiro Vieira Fernandes.

Requerido(a): Nelida da Conceição do Semedo Fernandes.

000000000000

A **Dr.ª Helena Maria Alves Barreto, Juíza Desembargadora do Tribunal da Relação de Sotavento.**

Faz saber que, no processo e no Tribunal acima indicados, **correm éditos de 30 (Trinta) dias**, contados da segunda e última publicação do anúncio, citando o (a) requerido (a), para no prazo de **10 dias**, posterior àqueles dos éditos, querendo, deduzir a sua oposição ao presente pedido de Revisão e Confirmação de Sentença Estrangeira, (divórcio Decreto pelo Tribunal de Grande Instância de Bourg En Bresse), pelos factos e fundamentos constantes na petição inicial, depositada nesta Secretaria para levantamento a qualquer momento.

Mais se notifica o (a) requerido (a) de

que é obrigatório a constituição de Advogado nesta ação, e que no caso de se opor deverá pagar o preparo inicial, no prazo de **cinco dias** a contar da data da apresentação da oposição na Secretária, no **montante de 12.000\$00**, sob pena do seu pagamento, acrescido de uma taxa de sanção igual ao dobro da sua **importância (24.000\$00)**, nos termos das conjugações dos artigos 5º, 55º, al. b), 61º, 01 d) e 66º do CCJ, com advertência de que a falta deste pagamento (**36.000\$00**), implica a imediata instauração de execução especial para sua cobrança coerciva, nos termos do CCJ, e que pode requerer o benefício de Assistência Judiciária. Para constar se passou o presente e mais dois de igual teor, que serão legalmente afixados.

Cidade de Assomada, aos seis dias do mês de Agosto dois mil e vinte.

A Juíza Desembargadora,
/ Helena Maria Alves Barreto /
A Oficial de Justiça,
/ Nelida Santos /



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE



= EXTRACTO =

CERTIFICO, para efeito da segunda Publicação nos termos do disposto no artigo 86ºA do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 de 20 de Agosto B.O. nº 50-1ª Série, que no dia vinte e cinco de Junho de dois mil e vinte, no Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, sito em Alto São Nicolau, ilha de São Vicente, perante a Notária por acumulação, Dra Tirza Francisca Pires Fernandes, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número D/68 a folhas 55V á56, a Habilitação de Herdeiros, por óbito de, **Olinda Isabel Delgado**, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, no estado de solteira, com última residência habitual em Fonte Inês, falecida no dia quinze de Julho de dois mil e oito, no Hospital Doutor Batista de Sousa, na freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente. Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e na referida escritura foi declarado como Herdeiros legítimos os seus filhos: **a)- Maria de Lourdes Delgado do Couto**, ádata do óbito casada com Ângelo Ramos, sob o regime de comunhão geral de bens, atualmente viúva de Júlio Couto, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho e ilha de São Vicente, residente em Dji D' Sal, São Vicente; **b)- João Olinda Delgado Rocha**, á data do óbito, solteiro, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul,

ilha de Santo Antão, residente em Fonte Inês; **c) Isabel Olinda Delgado Rocha**, á data do óbito, solteira, maior, natural da freguesia de Santo António das Pombas, concelho do Paul, ilha de Santo Antão, residente em Lisboa- Portugal. Mas se informa que, nos termos do nº5 do Artigo 86-A e do Artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de Habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe de São Vicente, em Mindelo aos sete do mês de Julho de dois mil e vinte.

A Notária por acumulação

Conta:
Artº.20º.4.2.....1.000\$00
Imposto de Selo.....20\$00
Total1200\$00 (Imposto em mil e duzentos escudos)

Processo nº 212943 /2020

Conta Reg. Sob o nº. 202035270/2020

CARTÓRIO NOTARIAL DA REGIÃO DE PRIMEIRA CLASSE DE SÃO VICENTE
Notária em Acumulação: Tirza Francisca Pires Fernandes
Alto São Nicolau, Mindelo - SV- Cabo Verde
(Telefone Notária em Acumulação- 232 63 77 / Telefone Secretaria - 232 6477 / e-mail Notária em Acumulação: tirza.pires@rni.gov.cv)



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



EXTRACTO DA ESCRITURA DE JUSTIFICAÇÃO NOTARIAL

FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO, Notária em exercício no Cartório Notarial da Região da segunda Classe do Sal, **CERTIFICA**, para efeitos de segunda publicação, que neste Cartório Notarial e no Livro de notas para escrituras diversas nº 227, de folhas 95/96 se encontra exarada uma escritura de Justificação Notarial, outorgada no dia 25 de Agosto de 2020, no qual o Sr. **ANTÓNIO JORGE DUARTE PALAVRA**, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, NIF 105057177, que outorga na qualidade de procurador de **MARIA FERNANDA SANTOS PALAVRA**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora das Dores - Ilha do Sal, residente em Vale de Amoreira, Moita - Portugal, NIF 144427109, se declara que com exclusão de outrem a sua representada e dona e legítima possuidora de um Prédio construído implantado como sendo Lote nº 16 com uma área levantada de 120.12 m2, situado em Hortelã de Baixo, Cidade dos Espargos - Ilha do Sal, com o NIP 2400025720000 (cadastro diferido). Que o referido prédio lhe veio à posse por no Sr. Floriano Soares Monteiro, no ano de dois mil e dois, pelo valor de **350.000\$00 (trezentos e cinquenta mil escudos)**, sem que no entanto ficasse a dispor de qualquer

título formal, mas desde logo entrou na posse e fruição do referido prédio, posse que a compradora já possui há mais ou menos 18 anos, e sempre foi exercida pelos compradores e agora justificantes sem a menor oposição, de quem quer que seja, desde o seu início, posse que sempre exerceu à vista de todos e sem interrupção, usufruindo todas as utilidades do prédio, de forma pacífica, contínua e pública.

Que, assim adquiriu o referido prédio por usucapião, não tendo, todavia, dado o modo de aquisição documentos que lhe permite fazer a prova do seu direito de propriedade, pelo que vem justificar o seu direito de propriedade para efeitos de primeiro da inscrição.

Cartório Notarial da Primeira Classe do Sal, 03 de Setembro de 2020.

Art.º 20º,4.2: ----- 1.000\$00

Selo; ----- 200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conta nº 260/2020.

A Notária

/ FÁTIMA ANDRADE MONTEIRO /

Cartório Notarial da Região de 1ª Classe do Sal, Morro Curral, ao lado do Tribunal - Cidade dos Espargos - Ilha do Sal Notária: Lic. Fátima Andrade Monteiro, Telefone nº 2413725/26 - Fax: 2413726 - IP: 4104



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de Agosto de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Lic. **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, folhas **trinta e dois a trinta e três**, foi lavrada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **António Pereira Furtado**, falecido no dia trinta de março de dois mil e vinte, no Hospital Agostinho Neto, na freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, com sua última residência em Nhagar, no estado de casado com Maria Amélia Gomes Teixeira, sob regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Joaquim António Gomes Furtado**, divorciado, residente em Palmarejo; **b) - José Maria Gomes Furtado**, solteiro, maior, residente nesta cidade de Assomada; **c) - Nery da Conceição Gomes Furtado**, solteira, maior, residente em Palmarejo; **d) - Natalino de Jesus Gomes Furtado**, solteiro, maior, residente em Portugal; **e) - Octávio Francisco Gomes Furtado**, casado com Kália Sofia Correia Rocha Monteiro, sob regime de comunhão de

adquiridos, residente em Achada São Filipe; **f) - Nelson Pércles Gomes Furtado**, solteiro, maior, residente em França. **g) - Verena Gomes Furtado**, solteira, maior, residente em Palmarejo Grande; **h) - Samira Gomes Furtado**, solteira, maior, residente em Palmarejo; **i) - Filomeno Gomes Furtado**, solteiro, maior, residente em Nhagar. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido António Pereira Furtado.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do artigo 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos trinta e um dias do mês de Agosto do ano dois mil e vinte.

Emol: 1.000.00
Imp. de selo: 200.00
Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)
Conta nº 3146/2020

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde I Telf: (+238) 2655499 / Voip Notaria: 333 6932; Secretaria: 6933 I e-mail da Notária: jandira.vieira@rni.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia vinte e sete de Agosto de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Lic. **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**, respetiva Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, folhas **trinta e um**, foi lavrada uma escritura de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbito de **Cipriano Freire Semedo**, falecido no dia três de Janeiro de dois mil e dezanove, em Roterdão, onde teve a sua última residência, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina, no estado de casado com Ricardina José Mendes Semedo, sob regime de comunhão de adquiridos.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os seus filhos: **a) - Alfredo Semedo Freire**, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina; **b) - Ana Mafalda de Pina Semedo**, natural da freguesia e concelho de Santa Catarina; **c) - Luísa Mendes Freire**, natural; **d) - Margarida Mendes Freire**;

e) - Sara Mendes Freire, estes naturais de Lisboa Portugal; Todos solteiros, maiores e residentes em Holanda.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na sucessão à herança do referido Cipriano Freire Semedo.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do artigo 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura.

Está conforme o original.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos trinta e um dias do mês de agosto do ano dois mil e vinte.



Emol: 1.000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1.200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3148 /2020

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Santa Catarina -Palácio da Justiça, rés-do-chão direito, Avenida da Liberdade, cidade de Assomada, República de Cabo Verde I Telf: (+238) 2655499 / Voip Notária: 333 6932; Secretaria: 6933 | e-mail da Notária: jandira.vleira@mi.gov.cv



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



DIRECÇÃO GERAL DOS REGISTOS, NOTARIADO E IDENTIFICAÇÃO

Nome do serviço: Conservatória/cartório de São Lourenço dos Órgãos

Endereço/Morada: João Teves

Telefone/fax/email: 2711041 - email - Felismino.benchimol@rnigov.cv

EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito da **segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº45/2014, de 20 de Agosto B.O. nº50 - 1ª Série, que no dia quatro de Setembro de dois mil e vinte, no Cartório Notarial, sito na Cidade de João Teves, perante mim, Oficial Ajudante **Felismino Monteiro Benchimol**, Conservador Notário do Cartório Notarial de São Lourenço dos Órgãos, foi lavrada no livre de notas para escrituras diversas número 6/A, a folhas 74 a 75, a seguinte habilitação:

Que no dia **treze** de **Junho** do ano **dois mil e vinte**, faleceu em Belém - Lisboa, sem testamento ou disposição de última vontade o **Sr. VENCESLAU LOPES SILVA**, no estado de solteiro, natural que foi da freguesia de Santiago Maior - Santa Cruz e com última residência em Portugal.

Que lhe sucedeu como seus herdeiros, os filhos legítimos:

a) CARLOS ALBERTO MONTEIRO LOPES, no estado de solteiro, natural da freguesia de São Jorge de Arroios - Lisboa, residente em Portugal. **-b) VÂNIA CRISTINA MORENO LOPES**, no estado de solteira, natural da freguesia de São Jorge de Arroios - Lisboa, residente em Portugal. **-c) CARLA SOFIA MONTEIRO LOPES**, no estado de solteira, natural da freguesia de São Francisco Xavier - Lisboa, residente em Portugal. **-d) JOANA FRAN-**

CISCA SEMEDO LOPES, no estado de solteira, natural da freguesia de Algueirão - Mem Martins - Sintra, residente em Portugal. **-e) PATRÍCIA ALEXANDRA TEIXEIRA LOPES**, no estado de solteira, natural da freguesia de São Francisco Xavier - Lisboa, residente em Portugal. **-f) PATRIQUE ALEXANDRO TEIXEIRA LOPES**, no estado de solteiro, natural da freguesia de São Francisco Xavier - Lisboa, residente em Portugal. **-g) WILSON MIGUEL TEIXEIRA LOPES**, no estado de solteiro, natural da freguesia de São Francisco Xavier - Lisboa, residente em Portugal. Que não há outras pessoas que segundo a lei prefiram os mesmos herdeiros ou que com eles possam concorrer na sucessão,

ESTÁ CONFORME

Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de São Lourenço dos Órgãos, quatro de Setembro.


/ Felismino Monteiro Benchimol /

CONTA:

Artº.20.4.2.....1.000\$00

Imposto de Selo.....200\$00

Total.....1.200\$00

(Importa em mil e duzentos escudos)

Reg. sob o nº 302/2020.

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação, Ministério da Justiça e Trabalho, CP 286/A, Rua Cidade do Funchal, Achada Santo António, Praia, Cabo Verde



Ministério da Justiça e Trabalho

Direção Geral dos Registos, Notariado e Identificação



Notária: Lic. **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**

EXTRACTO

Certifico narrativamente para efeitos de Primeira publicação, nos termos do nº 5 do artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei número 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia dez de Setembro de dois mil e vinte, neste Cartório Notarial, perante mim, Licenciada **Jandira dos Santos Cardoso Vieira**, Notária por substituição, no livro de notas para escrituras diversas número **setenta e três**, a folhas **quarenta e dois a quarenta e três verso**, foi lavrada uma escritura pública de **HABILITAÇÃO DE HERDEIROS**, por óbitos de:

Daniel Robalo, falecido no dia cinco de Julho de mil novecentos e noventa e sete, na freguesia e concelho de Santa Catarina, natural da referida freguesia e concelho, com última residência em Boa Entrada, no estado de casado com Carolina da Veiga, sob regime de comunhão geral de bens.

Que o falecido não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os filhos: **a) - Maria Tereza Robalo**, solteira, maior, residente em Amiens - França; **b) - Domingas Robalo**, casado com Marcelino Rodrigues Furtado, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Roterdão - Holanda; **c) - Maria de Jesus Robalo**, solteira, maior, residente em Boa Entrada Caniço; **d) - Maria Francisca da Veiga Robalo**, a data de óbito solteira, atualmente casada com Eduardo Domingos Silva, sob regime de comunhão geral de bens, residente em Roterdão - Holanda; **e) - Domingos da Veiga Robalo**, a data de óbito solteiro, atualmente casado com Maria de Fátima Furtado Dias, sob regime de comunhão geral de bens, residente em Roterdão - Holanda; **f) - Maria Celina da Veiga Robalo**, solteira, maior, residente em Amiens - França; **g) - Maria Júlia da Veiga Robalo**, casada com José Maria Tavares Galina Fortes, sob regime de comunhão geral de bens, residente em Roterdão - Holanda; **h) - Maria da Conceição da Veiga Robalo**, solteira maior, residente em Boa Entrada Caniço; **i) - Maria Virgínia da Veiga Robalo Martins**, casada com Domingos Pereira Martins, sob regime de comunhão de bens adquiridos, residente em Nhagar; **j) - Joaquim David da Veiga Robalo**, solteiro, maior, residente em Amiens - França; **j) - José Maria da Veiga Robalo**, a data de óbito solteiro, atualmente casado com Maria Filomena Correia Freire Robalo, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal. Todos naturais da freguesia e concelho de Santa Catarina, ilha de Santiago.

Carolina da Veiga, falecida no oito de Abril de dois mil e vinte, na freguesia e concelho de Santa Catarina, natural da referida freguesia e concelho, com última residência em Boa Entrada, no estado de viúva.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer outra disposição de última vontade e deixou como únicos herdeiros legítimos os filhos: **a) - Maria Tereza Robalo; b) - Domingas Robalo; c) - Maria de Jesus Robalo; d) - Maria Francisca da Veiga Robalo**, casada com Eduardo Domingos Silva, sob regime de comunhão geral de bens, residente em Roterdão - Holanda; **e) - Domingos da Veiga Robalo**, casado com Maria de Fátima furtado Dias, sob regime de comunhão geral de bens, residente em Roterdão - Holanda; **f) - Maria Celina da Veiga Robalo; g) - Maria Júlia da Veiga Robalo; h) - Maria da Conceição da Veiga Robalo; i) - Maria Virgínia da Veiga Robalo Martins; j) - Joaquim David da Veiga Robalo; j) - José Maria da Veiga Robalo** casado com Maria Filomena Correia Freire Robalo, sob regime de comunhão de adquiridos, residente em Portugal. Todos acima melhor identificados.

Que não existem outras pessoas que, segundo a lei, prefiram aos indicados herdeiros, ou com eles possam concorrer na dos falecidos **Daniel Robalo** e **Carolina da Veiga**.

Está conforme o original.

Mas se informa que, nos termos do número 5 do artigo 86º A e do 87º do Código Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

Cartório Notarial de Santa Catarina, aos quinze de setembro de dois mil e vinte.

Emol: 1000.00

Imp. de selo: 200.00

Total: 1200.00 (mil e duzentos escudos)

Conta nº 3253/2020



Direção Geral dos Registos Notariado e Identificação, Avenida da China, CP.286 - Praia, Cidade da Praia, República de Cabo Verde | T: (+238) 333 72 37



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 07.07.2020, de folhas 85 a 87 do livro de notas para escritura diversa número 240, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitações de Herdeiros por óbitos de **José Delgado Freire, Antónia Barros Lima, António Pedro Delgado Freire e José Pedro Santos Freire**, nos termos seguintes:

Primeira habilitação

Que no dia dez do mês de Maio do ano de mil, novecentos e setenta e dois, no Hospital Dr. Agostinho Neto, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia; faleceu **José Delgado Freire**, aos setenta e dois anos de idade, no estado de casado com Antónia Barros Lima, no regime de separação de bens, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, e que teve a sua última residência habitual em Fazenda, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros os seus filhos: Aida Delgado Freire, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Lisboa; Aline Delgado Freire, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América; Armindo Delgado Freire, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Achadinha; Aldina Delgado Freire, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, casada com Daud Tiham, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Dakar, Senegal, Adriano Vicente Delgado Freire, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, casado com Nair Florentina Azinhais de Araújo, no regime de comunhão de adquiridos, residente em Lisboa, e António Pedro-Delgado Freire, natural da freguesia de-Nossa-Senhora da Graça, concelho da Praia, já falecido.

Que desconhecem se existem outras pessoas que lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Segunda habilitação

Que no dia vinte e dois do mês de Novembro do ano de mil, novecentos e setenta e quatro, numa casa sito em Fazenda, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu, **Antónia Barros Lima**, que também era conhecida por Antónia Maria Lima, aos setenta e seis anos de idade, no estado civil de viúva de José Delgado Freire, natural que foi da freguesia de São -João Batista, concelho do Porto Novo, e teve a sua última residência habitual em Fazenda, Praia.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros, os seus filhos, todos habilitados e identificados na Primeira habilitação, e ainda Alexandra da Conceição Gomes, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Luz, concelho de São Vicente, residente em Tira Chapéu, Praia.

Que desconhecem se existem outras pessoas que lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Terceira habilitação

Que no dia dezassete do mês de Setembro do ano de mil, novecentos e noventa e um, na freguesia de São José, concelho de Lisboa, faleceu António **Pedro Delgado Freire**, aos quarenta e dois anos de idade, no estado civil de casado com Ana Paula Bastos Freire, no regime de comunhão de adquiridos, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, e teve a sua última residência habitual na Praceta D. Maria Amelia de Sousa nº 1, RIC, esquerdo, freguesia de Queluz, Sintra, Portugal.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido com únicos herdeiros seus filhos Lílina Patrícia Santos Freire, Sandra Paula Santos Freire, Fábio Vítor Santos Freire Miguel Ângelo Santos Freire, e José Pedro Santos Freire, este último já falecido, todos solteiros, maiores, naturais de Lisboa, Portugal, onde residem.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à aludida herança

Quarta habilitação

Que no dia três do mês de abril do ano de mil e novecentos e noventa e seis, na freguesia de Santa Catarina, concelho de Lisboa, faleceu **José Pedro Santos Freire**, aos vinte e cinco anos de idade, no estado civil de solteiro, natural que foi da freguesia São Jorge Arroios, concelho de Lisboa, Portugal, e que teve a sua última residência habitual na Rua dos Malmequeres, nº 26-C/V Esquerdo, Casal do Privilegio, Santo António dos Cavaleiros, Loures, Portugal. Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como única herdeira a sua mãe Ana Paula Bastos Freire, viúva, maior, residente em Lisboa, Portugal.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão

Os Interessados, querendo, podem proceder à Impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 07 de setembro de 2020

A notária,



Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: CONTA: 2020/2038/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total1.200\$00, Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação, nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto- Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 19.08.2020, de folhas 71 a 72 V do livro de notas para escritura diversa número 239, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **Maria da Conceição Pereira Tavares**, nos termos seguintes:

Que no dia **doze do mês de abril do ano de dois mil e vinte**, em Várzea da Igreja, freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, faleceu **Maria da Conceição Pereira Tavares, que também usava o nome de Maria da Conceição Tavares Garcia**, aos noventa e dois anos de idade, no estado civil de viúva de Dionísio de Jesus Fernandes Garcia, natural que foi da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, filha de Rodolfo Tavares Correia e de Josefina Pereira de Carvalho, e que teve a sua última residência habitual em Várzea da Igreja, Órgãos.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros seus filhos:

António Evangelista Correia Garcia, casado com Maria do Carmo Monteiro Vaz Semedo, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Fazenda, Praia.

Ermelindo Octávio Tavares Garcia, solteiro, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Várzea da Igreja, São Lourenço dos Órgãos.

Filomena Odete Tavares Garcia, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço dos Órgãos.-

Carlos Emanuel Tavares Garcia, casado com Filomena Lopes de Brito, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Lisboa, Portugal.

Luiz Avelino Tavares Garcia, solteiro, maior, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço dos Órgãos. José Manuel Tavares Garcia, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, atualmente falecido, e cuja certidão de habilitação de herdeiros, datada de 18.01.2019

Maria Manuela Tavares Garcia, solteira, maior, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Palmarejo, Praia.

Ana Lina Tavares Garcia, divorciada, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Várzea da Companhia, Praia.

Rosa Maria Tavares Garcia Freire, casada com Fernando Jorge Mendes Semedo Freire, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em França.

Dionísio Filomeno Tavares Garcia, casado com Cláudia Helena Mendes barbosa Amado, no regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em Lisboa, Portugal

Eduardo Celestino Tavares Garcia, solteiro, natural da freguesia e concelho de São Lourenço dos Órgãos, residente em São Lourenço dos órgãos.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer à sucessão.

Os Interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 15 de setembro de 2020.

A notária,



Cátia Sofia Teixeira Andrade

CONTA: 228705/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00 Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic.: Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



EXTRACTO

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE HABILITAÇÃO DE HERDEIROS

Isabel Maria Gomes da Veiga, Notária em exercício no Cartório Notarial da Boa Vista, Certifica, narrativamente, para efeito de primeira publicação, nos termos do art.86-A do CN, aditado pelo decreto-lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que neste Cartório Notarial, a meu rogo, no dia catorze de Agosto de dois mil e vinte, a folhas setenta e sete do livro de notas para escrituras diversas número cinquenta quatro foi exarada uma escritura de habilitação de herdeiros, por óbito de **Teodolinda Tomar**, que, tem perfeito conhecimento de que no dia um do mês de Setembro do ano dois mil e treze, na freguesia de Santa Isabel, concelho da Boa Vista, no Centro de Saúde da Boa Vista, faleceu **Teodolinda Tomar**, casada com Sérvulo Pedro Da Cruz, sob o regime de comunhão de bens adquiridos, foi natural da freguesia de São João Baptista, concelho de Boa Vista, e com última residência habitual em João Galego.

Que a falecida não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, e deixou como únicos herdeiros oito filhos:

Que os referidos herdeiros são os seguintes:

- a) - **Tomaz Tomar Da Cruz**, solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Praia;
- b) - **Filomena Tomar Da Cruz**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em E.U.A.;
- c) - **Eugénio Tomar Da Cruz**, solteiro, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Suécia;
- d) - **Paulete Tomar Da Cruz Soares**, casada com José Manuel Soares sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Holanda;
- e) - **Iolanda Maria Tomar Da Cruz**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em Sal;
- f) - **Pedro Tomar Da Cruz**, casado com Joanita Ramos da Rocha sob o regime de comunhão de adquiridos, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em França;
- h) - **Ana Maria Tomar Da Cruz**, solteira, maior, natural da freguesia de São João Baptista, concelho da Boa Vista, e habitualmente residente em E.U.A.;

Que, não há quem possa concorrer com os indicados herdeiros à sucessão do referido **Sérvulo Pedro Da Cruz**.

E que não há outras pessoas que segundo a lei possam concorrer com aos indicados herdeiros nesta sucessão. Podem os interessados, querendo, impugnar, judicialmente, a referida escritura, nos termos do artigo 870 do decreto-lei nº 09/2010, de 29 de Março, que aprova o Código do Notariado. Esta Conforme. Cartório Notarial da Boa Vista, ao primeiro dia do mês de Setembro de 2020.

Art.o 20º,4.2: ----- 1.000\$00.

Selo ;----- ----- 200\$00.

Importa o presente extrato em: 1.200\$00 (mil e duzentos escudos).

Conto nº 245306/20

A NOTÁRIA
Isabel Maria Gomes da Veiga
/ Isabel Maria Gomes da Veiga /



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos da Primeira publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 28.08.2020, de folhas 40 a 41 do livro de notas para escritura diversa número 240, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de Herdeiros por óbito de **José Teixeira Brandão**, nos termos seguintes:

Que no dia três do mês de Março do ano dois mil e catorze, no seu domicílio, freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, faleceu **José Teixeira Brandão**, no estado civil de casado com Maria de Fátima Pina Furtado no regime de comunhão de adquiridos, maior, natural que foi da freguesia de São Lourenço, concelho de São Filipe, filho de Pedro Alexandrino Brandão e de Justa Teixeira, e que teve a sua última residência habitual em Terra Branca, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Maria José da Cruz Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente nos Estados Unidos da América;

António Carlos Gonçalves Brandão, maior, casado com Blandina Almeida Soares, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente na Rua Duarte Pacheco Pereira, nº 19 3º esquerdo, 2720, Amadora, Lisboa, Portugal;

José Emanuel do Rosário Gonçalves Brandão, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Rua Madragoa, Porta mº 13, cidade da Praia;

Maria José Gonçalves Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Rua 18 Parker Street Brockton, Massachusetts 02302, Estados Unidos da América;

Maria do Livramento Gonçalves Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Mangue, Tarrafal;

Lúcia Gonçalves Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Conceição, concelho de São Filipe, residente em Achada Santo António, Praia;

Justa Furtado Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Praia, residente em Terra Branca, Praia; Ruben José Furtado Brandão, maior, solteiro, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Praia, residente em Bela Vista, Praia;

José Pedro Furtado Brandão, maior, solteira, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho de Praia, residente em Bela Vista, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefiram ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87.º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de março.

Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 28 de Agosto de 2020.

A notária,

CONTA: 164/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil e duzentos escudos

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária. Lic. Cátia Sofia Teixeira Andrade
NIF- 353331112

Cátia Sofia Teixeira Andrade

**Este espaço é para o seu
pequeno anúncio!**



EXTRACTO

Certifico, narrativamente, para efeitos de primeira publicação nos termos do disposto no artigo 100º do Código do Notariado, alterado pelo Decreto-Lei nº 45/2014 e 20 de agosto, que de fls. 11vº a fls 12 vº do livro de notas para escrituras diversas número 46-B desta Conservatória/Cartório se encontra exarada uma escritura de Justificação NOTARIAL, com a data de quinze de setembro de dois mil e vinte, na qual **CÂNDIDA SOUSA FERNANDES**, com NIF153243708, viúva, natural da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda, concelho dos Mosteiros, residente nos Estados Unidos da América, se declara com exclusão de outrem, dona e legítima possuidora de um prédio urbano construído em pilares e blocos de betão, coberto de cimento armado, composto por uma cave servindo de armazém, uma varanda, uma sala visita, um corredor, dois quartos de cama, duas casas de banho, uma sala jantar e uma cozinha, rebocados por dentro e fora e partes revestido a mosaico, no sítio de Laranjo, confrontando a norte, sul, este e oeste com Manuel Lima Monteiro, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Nossa Senhora da Ajuda sob o número 182110, com o valor matricial de dois milhões de escudos, omissos no registo predial.

Que adquiriu o referido prédio por o ter construído de raiz, com recurso a seu material e dinheiro, num terreno adquirido por herança ao pai Manuel Lima Monteiro, anterior possuidor há mais de cinquenta anos.

Que está na posse e fruição do imóvel desde a referida construção e o vem exercendo sucessivamente e em nome próprio, de forma pacífica, contínua, de boa fé e ostensivamente com conhecimento de toda a gente, aonde vem atuando como verdadeira proprietária e sem oposição de outrem, pelo que julga ter adquirido nas circunstâncias descritas o direito de propriedade sobre o referido imóvel, o que ora invoca para efeitos de primeira inscrição no registo predial.

Está conforme o original.

São Filipe e Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de São Filipe, aos quinze dias de setembro de dois mil e vinte.

Conta: Reg. Sob o nº 36/09

Artigo 20º . 4.2.....1.000\$00

Selo do acto.....200\$00

Soma:1.200\$00 – São: Mil e duzentos escudos.

CONSERVATÓRIA/CARTÓRIO DA REGIÃO DE 2ª CLASSE DE SÃO FILIPE
 AV. Amílcar Cabral, C.P. 13-A – São Filipe nº 2811371/2811154



EXTRACTO

CERTIFICO, narrativamente, para efeitos de **Segunda** publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, que no dia 31.07.2020, de folhas 100 a 101 do livro de notas para escrituras diversas número 238, deste Cartório Notarial, a cargo, da Notária, Lic em Direito, Cátia Sofia Teixeira Andrade, foi exarada uma escritura de Habilitação de **Herdeiros por óbito de Henrique Lopes Martins Tavares**, nos termos seguintes:

Que dia **dezasseis do mês de Maio do ano dois mil e vinte**, no Hospital Agostinho Neto, **Henrique Lopes Martins Tavares**, aos sessenta e quatro anos de idade, no estado civil de solteiro, natural que foi da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, filho de Gregório Tavares e de Maria Esperança Lopes Tavares, e que teve a sua última residência habitual em Vila Nova, Praia.

Que o falecido não fez testamento, nem qualquer disposição de última vontade, tendo-lhe sucedido como únicos herdeiros seus filhos:

Jailson Henrique Borges Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Sheila Karina Borges Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Carla Cristina Borges Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Karina Helena Tavares Martins, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Suzana Martins Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Elviane Betiza dos Santos Martins, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Nuno Michel Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Nilton Cesar Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Flávio Henrique Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Eduardo Júnior Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Luciene Eduarda Baptista Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia

Jailson Henrique Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Kueinira Patrícia Baptista Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Aldair Baptista Tavares, solteiro, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia;

Cláudia Fernandes Tavares, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora da Graça, concelho da Praia, residente em Vila Nova, Praia.

Que não existem outras pessoas que segundo a lei lhes prefira ou com eles possam concorrer a sucessão.

Os interessados, querendo, podem proceder à impugnação judicial da escritura em referência, nos termos do artigo 87º do Código do Notariado, aprovado pelo DL n.º 9/2010, de 29 de Março.


Cartório Notarial da Região de Primeira Classe da Praia, aos 04 de Agosto de 2020

CONTA: 79/2020

Art. 20.4.2 1000\$00

Selo do Acto 200\$00

Total 1.200\$00. Importa o presente em mil— e duzentos escudos

A Notária,

 Cátia Sofia Teixeira Andrade

1º Cartório Notarial da Praia, Telefone-Fax-2617935-CP-184, Avenida da China, Encosta de Achada Santo António, Notária Lic. Cátia Sofia Teixeira Andrade NIF- 353331112



EXTRACTO

CERTIFICO, para efeito de Segunda publicação nos termos do disposto no artigo 86º-A do Código do Notariado, aditado pelo Decreto-Lei nº 45/2014, de 20 de Agosto, B.O. nº 50 – 1ª Série, que no dia um de Setembro de dois mil e vinte, na Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, perante o Conservador/Notário, P/Substituição **José Carlos Brandão de Oliveira**, foi lavrada no livro de notas para escrituras diversas número 71 de folhas 12 v à 13 a Escritura de Habilitação de Herdeiros, por óbito de **Filomena Cristina Ribeiro**, ocorrido no dia 14-04-2020, no Hospital Baptista de Sousa - São Vicente, no estado de solteira, filha de Pedro João Ribeiro e Cristina Rodrigues Gomes Ribeiro, natural que foi da Freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho de Ribeira Grande, tendo como última residência na Cidade da Ribeira Grande, não tendo deixado nem ascendentes nem descendentes, tendo deixado como únicos herdeiros os seus irmãos: **1- Joanita Cristina Rodrigues**, divorciada, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário, residente na Cidade da Praia; **2- Maria do Livramento Ribeiro**, solteira, maior, natural da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do concelho da Ribeira Grande, residente em Lombo Branco.

Que a falecida não deixou testamento ou qualquer disposição de última vontade, tendo deixado como herdeiros os seus irmãos.

Que, não há quem com a indicados herdeiros possam concorrer à sucessão na herança da falecida.

Mais se informa que, nos termos do n.º 5 do artigo 86-A e do artigo 87 do Código do Notariado, podem os interessados, querendo, impugnar judicialmente a referida escritura de habilitação de herdeiros.

ESTÁ CONFORME.

Conservatória dos Registos e Cartório Notarial da Região de Segunda Classe de Ribeira Grande - Santo Antão, aos um dias do mês de Setembro de dois mil e vinte.

Valor: 1.200\$00

Registado sob o n.º 1128/20



VENDE-SE

Terreno na localidade de Covão Lourenço no concelho de São Domingos – Santiago, com 406.10m2. Uso habitação Misto.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO DOMINGOS
 DEPARTAMENTO DE ORDENAMENTO TERRITORIAL, URBANISMO E OBRAS PÚBLICAS

PLANTA DE LOCALIZAÇÃO



Contacto: 9995269



TABELA DE PREÇOS*

Publicidade

- Publicidade, de preferência, em página ímpar.
- Concepção e produção de publicidade para o jornal impresso e online, sem custos.

Páginas	Dimensão	Valor (CVE)
1 página	25,9 x 31,5 cm	60.000,00
1/2 página	25,9 x 16,2 cm	40.000,00
1/3 de página	8,6 x 31,5 cm	37.500,00
1/4 de página	12,9 x 16,2 cm	27.500,00
1/6 de página	12,9 x 11,1 cm	20.000,00
1/8 de página	12,9 x 7,8 cm	15.000,00
1/16 de página	6,5 x 8,4 cm	9.750,00
Rodapé - Capa	25,9 x 3 cm	30.000,00
Rodapé - Pg. ímpar	25,9 x 4 cm	20.000,00
Rodapé - Pg. par	25,9 x 4 cm	15.000,00
Contracapa	25,9 x 31,5 cm	70.000,00

Condições especiais podem ser negociadas

*Os preços não incluem IVA

Telefone: +238 260 26 90 (PBX)

www.anacao.cv/como-anunciar

email: comercial.grupoalfacv@gmail.com



FARMÁCIAS DE SERVIÇO

QUINTA - 17 de Setembro

MODERNA
 Plateau - T: 261 27 19

AVENIDA
 Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17

SEXTA - 18 de Setembro

CENTRAL
 Plateau - T: 261 11 67

LEÃO
 Mindelo - T: 232 66 04

SÁBADO - 19 de Setembro

SANTO ANTÓNIO
 ASA - T: 262 11 86

NENA
 Mindelo - T: 232 22 92

DOMINGO - 20 de Setembro

AFRICANA
 AV. Amílcar Cabral - T: 261 59 55

HIGIENE
 Mindelo - T: 231 00 06

SEGUNDA - 21 de Setembro

AVENIDA
 Fazenda - T: 261 36 90

JOVEM
 Mindelo - T: 232 45 30

TERÇA - 22 de Setembro

SANTA ISABEL
 Largo Europa - Tel: 262 37 47

MINDELO
 Mindelo - T: 232 74 65

QUARTA - 23 de Setembro

SÃO FILIPE
 Ach. São Filipe - T: 264 72 56

AVENIDA
 Monte Sossego - T: 232 45 88 / 231 17 17